

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 28 | Nº 271 | MARÇO E ABRIL DE 2023

ENTREVISTA

Nilma Lino Gomes, da UFMG, fala sobre protagonismo negro e educação emancipadora

EDUCAÇÃO

Educadores e especialistas pressionam o governo pela revogação da reforma e do BNCC



Paraíso de bicheiros e contraventores

No Brasil, sites de apostas esportivas viram empresas de fachada para a exploração de casas de apostas e caça-níqueis, um negócio milionário de cartas marcadas, que atua na ilegalidade e não paga impostos

EDITORIAL

Extra Classe impresso

Na contramão de uma tendência que tem levado boa parte dos veículos de comunicação, tradicionais e alternativos, a migrar integralmente para a web, o *Jornal Extra Classe* fez a opção estratégica de manter o seu formato impresso, mesmo em uma conjuntura econômica desfavorável e agravada pela pandemia.

Em paralelo ao *Extraclasse.org.br* – o portal lançado em 2014 conquistou mais de 3 milhões de acessos em 2022 – e voltado para pautas de maior fôlego, o *Extra Classe*, com tiragem de 23 mil exemplares, passa a circular com cinco edições impressas, bimestrais a partir de março/abril. Publicação do Sinpro/RS, o *Extra Classe* foi fundado em março de 1996 e, nestes 27 anos de circulação, conquistou 46 prêmios de Jornalismo.

Reportagem especial

O destaque desta edição é uma reportagem especial que investiga os jogos de azar em Porto Alegre: para despistar a polícia e a Justiça, banqueiros do jogo do bicho estão diversificando seus negócios, em parceria com sites de apostas esportivas e cassinos on-line que operam à luz do dia nos grandes centros urbanos. Em Porto Alegre, ao menos 12 casas de apostas funcionam sob fachadas de tabacarias ou lotéricas em ruas centrais.

Na entrevista, a professora da Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Nilma Lino Gomes explica o conceito de pedagogia das emergências e destaca o protagonismo do Movimento Negro na construção de uma educação emancipadora, democrática e antirracista.

Ainda sobre educação, após quase sete anos de isolamento e falta de diálogo, reitores de universidades e institutos federais foram recebidos, em janeiro, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seus ministros, entre os quais Camilo Santana, à frente do MEC. O encontro foi marcado pela agenda de retomada das políticas de Estado e resgate da educação pública depois de um período de obscurantismo. Enquanto isso, o setor pressiona o governo pela revogação da reforma do ensino médio.

Os atos golpistas de 8 de janeiro não destruíram somente o patrimônio e os símbolos dos três poderes: colocaram em xeque o futuro da segurança pública, o papel das polícias no país e escancararam a gravidade da liberação progressiva de armas para civis nos últimos quatro anos. O *Extra Classe* consultou sociólogos e especialistas em segurança pública que analisam, nesta edição, os desafios colocados ao governo nesta área.

Confira também: Luis Fernando Verissimo, Marcos Rolim, Marco Weissheimer, Fraga, Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago.

Boa leitura!



04 ENTREVISTA

A professora Nilma Lino Gomes, da UFMG, fala sobre protagonismo negro e educação emancipadora, democrática e antirracista

08 EDUCAÇÃO

Em meio à reestruturação do MEC e ao resgate da educação pública, governo evita falar em revogação da reforma do ensino médio

11 JUSTIÇA

Atos golpistas de 8 de janeiro e proliferação de armas nas mãos de civis impõem novos desafios ao governo federal na área da segurança pública

14 ESPECIAL

Bicheiros e contraventores aproveitam lacuna na legislação para explorar casas de apostas e caça-níqueis sem prestar contas ao Fisco

18 WEISSHEIMER

O que faremos com toda essa solidão nas redes sociais?

19 ENSINO PRIVADO

Assembleia de professores define pautas de reivindicações

22 ROLIM

Precisamos falar sobre radicalização nas escolas

24 ARTE +

Ressurreição, infância e ciclos da vida em exposição de Carla Barth, na Galeria Ecarta

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

Redação: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de Fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estagiário em Jornalismo: Douglas Schütz

Colaboradores: Marcelo Menna Barreto, Pedro Nakamura e Renato Dornelles

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Tiragem: 23 mil exemplares

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283

extraclasse@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) fb.com/jornalextraclass instagram.com/jornalextraclass

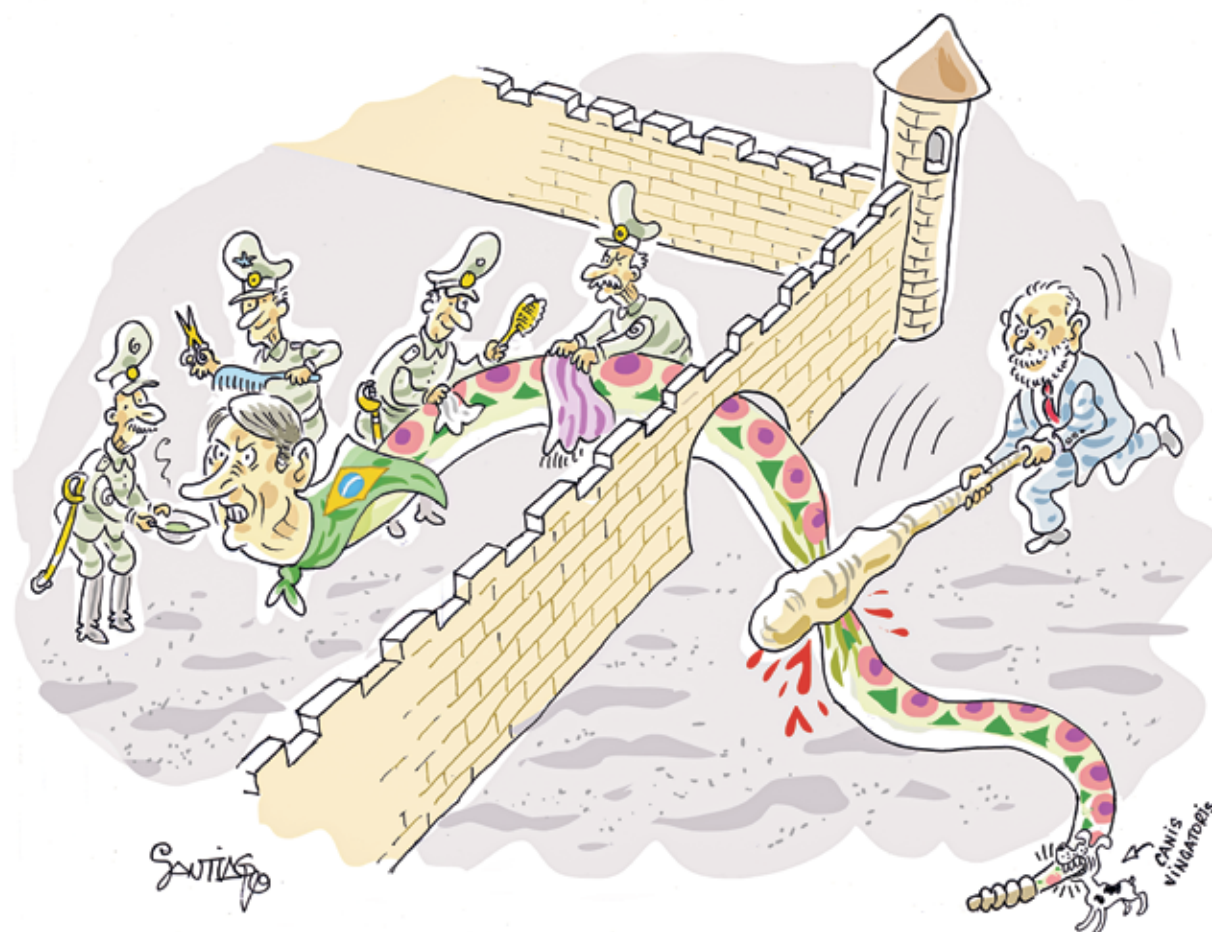
Garimpo

SANTIAGO

Os barões do garimpo faturam alto graças a uma brecha na legislação brasileira. A Lei Federal nº 12.844/2013, que trata de regras aplicáveis às Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMS) referentes à regularidade da aquisição de ouro produzido em áreas de garimpo, permite que as distribuidoras comprem o metal com base no princípio da boa-fé em informações prestadas pelos vendedores. Ninguém fiscaliza os locais de extração, o que deixa o garimpo livre para usurpar áreas públicas e protegidas, como terras indígenas e unidades de conservação, violar direitos humanos, contaminar rios com mercúrio e cometer ilícitos e irregularidades, argumenta o Partido Verde em uma das inúmeras ações diretas de inconstitucionalidade que tramitam no STF.



Foto: Valentina Ricardo/ Greenpeace



Os responsáveis pelo flagelo Yanomami

Uma organização criminosa liderada por empresários e com conexões internacionais movimentou R\$ 422 milhões com a compra de ouro, extraído de forma ilegal e criminosa da Amazônia por garimpeiros, e exportado nos últimos cinco anos.

A conexão de empresários, advogados e um servidor público com o garimpo ilegal que devastou a Amazônia e quase levou ao extermínio o povo Yanomami em Roraima teve origem em um inquérito policial em 2021, a partir de informações da Receita Federal. A

organização criminosa 'esquentava' o ouro extraído ilegalmente por meio de notas fiscais fraudadas.

Em fevereiro, a operação *Sisacque*, da Polícia Federal, em conjunto com o Ministério Público Federal e a Receita Federal, cumpriu mandados de busca e apreensão expedidos pela 4ª Vara Federal Criminal em Roraima, em endereços de pessoas físicas e empresas em Belém, Santarém, Itaituba, Rio de Janeiro, Brasília, Goiânia, Manaus, São Paulo, Tatuí, Campinas, Sinop e Boa Vista.

Uma autorização judicial determinou o sequestro de R\$ 2 bilhões dos investigados. O principal alvo da operação foi a sede da JRJ Minas Export, em Goiânia, do empresário Bruno César Cecchini, apontado como líder da organização.

Presidente da Confederação Nacional de Mineração (CNMI), Cecchini vinha sendo investigado desde junho de 2019, quando a PF apreendeu no Aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia, um avião monomotor com 111 quilos de ouro extraído de terras indígenas e avaliado em R\$ 18 milhões.

Em junho do ano passado, o empresário, familiares dele e dois italianos foram denunciados pelo MPF por comercializarem ouro extraído ilegalmente de garimpos no sul do Pará e norte do Mato Grosso e exportar para a Itália – 14 foram indiciados.

A Agência Pública apurou que, em 2022, Cecchini tinha como parceiro o ex-presidente do Instituto Chico Mendes (ICMBio), o coronel aposentado da PM paulista Homero de George Cerqueira, diretor da CMI. A entidade foi registrada na Receita Federal naquele ano para fazer lobby pela regularização do garimpo em áreas protegidas indicadas por Cerqueira.

Para esconder a origem ilícita do ouro, a organização criminosa indicava nos documentos que o minério teria sido retirado de uma área com título minerário regular. Peritos foram até a lavra indicada, em Colniza (MT), e comprovaram a fraude. O local estava intacto.

De janeiro de 2020 a dezembro de 2022, foram extraídas cerca de 13 toneladas de ouro ilícito da

Amazônia, de acordo com notas fiscais eletrônicas fraudulentas no valor de R\$ 4 bilhões, apreendidas na operação.

A PF mantém sob sigilo os nomes dos demais indiciados e de uma empresa sediada nos Estados Unidos encarregada de comercializar o ouro extraído da Amazônia na Itália, nos Emirados Árabes, em Dubai, na Suíça, em Hong Kong. O nome da operação é uma referência bíblica ao rei do Egito "que invadiu o reino de Judá e saqueou os tesouros do templo".



Cecchini, apontado pela PF como líder da organização

Foto: Reprodução



Cerqueira comandava o garimpo de dentro do ICMBio

Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/ ABr

Pedagogia das emergências: por uma educação descolonizada e antirracista



Foto: Claudio Fachai



Foto: Fernando Razeu/ ABr

por Marcelo Menna Barreto

Professora da Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Nilma Lino Gomes explora nesta entrevista o conceito da *pedagogia das emergências*, que trata da relação entre o protagonismo do Movimento Negro e uma educação emancipadora, democrática e antirracista. Aparentemente árido para não iniciados, o tema e seus conceitos vêm ganhando espaço entre educadores e pesquisadores. A tarefa é simples: é preciso repensar a escola, descolonizar os currículos e o conhecimento. “São inquietações ligadas às lutas por direito e contra as desigualdades e as discriminações, as quais são imprescindíveis para a construção da política e da teoria educacional, bem como de uma escola democrática e antirracista”, conceitua. Ex-ministra das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos no governo Dilma Rousseff, Nilma organizou, em 2022, o livro *Saberes das Lutas do Movimento Negro Educador* (Vozes, 272 p.). Nesta entrevista para o *Extra Classe*, ela fala, ainda, da importância das ações afirmativas, do racismo estrutural. “A permanência do racismo em nossa sociedade, ao longo dos séculos, tem sido mantida pela sua ambiguidade, ou seja, a sua capacidade de se metamorfosear, de afirmar-se por meio da sua própria negação”, alerta.

Extra Classe – A senhora afirma que os Movimentos Negro e de Mulheres Negras têm a capacidade de subverter a teoria educacional e repensar a escola, por meio da “pedagogia das ausências e das emergências”. Do que se trata?

Nilma Lino Gomes – Inspirada na formulação teórica por uma sociologia das ausências e das emergências, do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que foi meu supervisor de pós-doutorado na Universidade de Coimbra, em 2006, a pedagogia das ausências consiste em um posicionamento de vigilância epistemológica no que se refere ao campo da produção do conhecimento educacional. Deve ser caracterizada pela problematização dos processos lacunares presentes no pensamento educacional e nas humanidades. A pedagogia das emergências é aquela que reconhece e torna crível os saberes produzidos, articulados e sistematizados pelos movimentos sociais e, em especial, pelo movimento negro. E esse reconhecimento implica em transformar e emancipar a prática e o pensamento educacional.

EC – Qual é o objetivo?

Nilma – No caso específico do Movimento Negro, a pedagogia das emergências tem como objetivo fazer emergir o protagonismo do Movimento Negro na relação com a educação, a comunidade educacional, a pesquisa e os movimentos sociais. Tem como tarefa repensar a escola, descolonizar os currículos. Ela poderá nos levar ao

necessário movimento de descolonização do conhecimento. Trata-se da possibilidade epistemológica e política de abrir espaço para novas racionalidades, saberes, vivências, reflexões e inquietações educacionais, sobretudo na escola. Inquietações que estão ligadas às lutas por direito e contra as desigualdades e as discriminações, as quais são imprescindíveis para a construção da política e da teoria educacional, bem como de uma escola democrática e antirracista.

EC – A Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da cultura e da história afro-brasileira, trouxe avanços, mas ainda não foi, de fato, implementada. Como a senhora avalia?

Nilma – Essa lei, que é uma alteração da LDB, tem sido implementada, porém, de forma irregular. Dizer que ela não pegou é desprezar a luta de tantas educadoras e educadores, pesquisadoras e pesquisadores que têm realizado práticas pedagógicas e pesquisas importantes e lutam pelo enraizamento dessa legislação, dos seus desdobramentos legais e dos seus princípios na educação básica e no ensino superior. Graças a esses profissionais, temos problematizado a relação entre desigualdades, diversidade, igualdade e equidade racial na educação, realizado práticas pedagógicas e pesquisas, desconfortado poderes racistas instaurados nas instituições educativas e desafiado a política educacional, as escolas e as universi-

dades diante da sua responsabilidade pela efetivação da educação democrática e antirracista de que o Brasil tanto necessita. Uma educação que poderá descolonizar os currículos e ajudar a formar subjetividades insubmissas diante de toda e qualquer forma de racismo e discriminação. Há uma série de experiências, projetos, publicações, pesquisas, disciplinas, orientações curriculares em curso inspiradas nessa legislação no Brasil. Porém, o fato de ser uma implementação de forma irregular nas diferentes regiões, escolas e redes de ensino revela que estamos diante de uma questão estrutural: o racismo presente na sociedade e, por conseguinte, nas suas instituições.

EC – Como esse debate é interdito?

Nilma – A escola é uma instituição social, não nos esqueçamos disso. E se hoje há uma concordância sobre a dimensão estrutural e institucional do racismo, é importante compreender que a recusa de se implementar essa legislação, que é a nossa LDB, não pode ser vista somente como uma ação das pessoas, uma decisão subjetiva, fruto do preconceito. Não. Ela é uma ação intencional, fruto do racismo imbricado em nosso imaginário e práticas sociais, na estrutura das nossas instituições e organizações. A permanência do racismo em nossa sociedade, ao longo dos séculos, tem sido mantida pela sua ambiguidade, ou seja, a sua capacidade de se metamorfosear, de afirmar-se

O mito da democracia racial, tão combatido pelo movimento negro e intelectuais negros e não negros, é uma forma de manter essa ambiguidade ativa em nosso imaginário e nas práticas sociais

por meio da sua própria negação. O mito da democracia racial, tão combatido pelo movimento negro e intelectuais negros e não negros, é uma forma de manter essa ambiguidade ativa em nosso imaginário e nas práticas sociais.

EC – Como os educadores devem enfrentar esse racismo ambíguo?

Nilma – Combater o racismo não é um dever apenas das pessoas negras, mas uma tarefa de todos os educadores e educadoras, independentemente do seu pertencimento étnico-racial. Infelizmente, não se pode dizer que existem muitas experiências significativas de implementação da alteração da LDB pela Lei 10.639/03 envolvendo os cursos de formação inicial de professoras e professores como um todo. Muitas vezes, essa ação é realizada de maneira solitária por educadores e pesquisadores negros e negras. A formação continuada, principalmente a formação em serviço nas escolas,

Para quem é da capital



Obras em casa?

Para quem é do interior



Sossego para estudar?



Nova orla do Guaíba?



Show e espetáculos?

25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS

casadoprofessor.sinprors.org.br

SINPRO/RS

Sindicato Cidadão

CASA do PROFESSOR

Hotel

é a principal responsável pelas práticas pedagógicas de trabalho com as relações étnico-raciais e as questões africanas. Experiências desenvolvidas por docentes e a articulação com o movimento negro e os diversos conhecimentos produzidos pela população negra encontram mais espaço nas ações de formação em serviço dos docentes da educação básica e nos cursos de capacitação, aperfeiçoamento e especialização do que nas licenciaturas e na pós-graduação.

EC – Ou seja, trata-se de uma legislação que reafirma o papel da educação escolar no enfrentamento ao racismo.

Nilma – Ao negar a implementação efetiva da Lei 10.639/03, entendida como LDB, seja por que motivo for, educadores, gestores das escolas, das secretarias, os implementadores das políticas educacionais, os pesquisadores, os juristas, etc., reafirmam a existência do racismo e ofuscam a responsabilidade da educação escolar de combatê-lo. Logo, não contribuem para o aprimoramento da democracia e para a garantia da educação como um direito. Em decorrência do racismo, assistimos, ao longo desses 20 anos, à prática pedagógica e de pesquisa com a educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana ser realizada prioritariamente por um ou mais grupos de docentes e pesquisadores negros. Essa é uma situação que tem mudado, porém, muito lentamente. Faz-se, ainda, necessário que o antirracismo seja melhor compreendido como uma ação que deve ser instituída de forma coletiva no campo da educação e na sociedade brasileira.

EC – Em geral, há um consenso de que as políticas afirmativas são decisivas para o debate sobre o racismo na sociedade, mas também impõem novas posturas às instituições de ensino superior.

Nilma – As políticas de ações afirmativas tocam, de maneira nuclear, na cultura política e nas relações de poder das sociedades nas quais são implementadas. Seja para confirmá-las ou para refutá-

las, a sociedade brasileira passou a dedicar parte do seu tempo a perceber que há uma radicalidade no conceito e na prática efetiva dessas políticas. Por exemplo, a alteração da LDB pela Lei 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas da educação básica; a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, a qual foi extinta pelos governos Temer e Bolsonaro e recriada em 2023 pelo atual governo Lula; o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/12); a Lei de Cotas Sociorraciais nas Instituições Públicas Federais (Lei 12.711/12), a Lei de Cotas nos Concursos Públicos Federais (Lei 12.990/14). A Lei de Cotas possibilitou o acesso ao ensino superior aos sujeitos sociais concretos. Os estudantes de escola pública, de baixa renda, indígenas, negros e pessoas com deficiência levaram para as Instituições Públicas de Ensino Superior outros saberes, outras formas de construir o conhecimento acadêmico e outras trajetórias de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante universitário hegemônico e idealizado em nosso país.

EC – O que isso representa?

Nilma – Essa entrada de “novos sujeitos”, por meio das cotas-temas como diversidade, desigualdade racial, racismo epistêmico, branquitude, ancestralidade, africanidades, diáspora africana, genocídio da juventude negra, feminicídio negro, entre outros, passou a figurar mais no contexto acadêmico, nas produções teóricas, nos TCCs, em pesquisas de IC, projetos de extensão, dissertações, teses, mesmo que alguns deles ainda encontrem dificuldade de serem considerados academicamente “legítimos”. Novas categorias científicas, novos conceitos estão em jogo, tensionando, problematizando e enriquecendo o conhecimento científico. A assistência estudantil passou a ser tensionada e está obrigada a ser repensada, inclusive do ponto de vista orçamentário. A universidade se deparou com a pressão para desenvolver ações de permanência acadêmica com condições dignas de estrutura física, biblioteca, renovação cur-

A invenção da ideologia de gênero tem um viés religioso articulado com a má política e com os interesses do mercado. Esses grupos demonizam tudo o que diz respeito ao movimento negro e à luta por direitos

ricular, atendimento psicossocial efetivo, mais bolsas de pesquisa e extensão que garantam o direito dos diversos coletivos de estudantes, sujeitos das políticas de ações afirmativas e de inclusão social, de completarem os seus estudos com dignidade. As cotas, como uma das modalidades mais radicais de ações afirmativas, têm possibilitado aos estudantes de escola pública, negros, indígenas e pessoas com deficiência o direito de estar lado a lado com os estudantes brancos e de classe média. E mais: várias pesquisas mostram que o desempenho acadêmico dos cotistas é igual ou maior do que dos não cotistas, nas mais diversas áreas.

EC – Como a Lei de Cotas incide sobre a desigualdade e a exclusão?

Nilma – Esse processo tem contribuído para a desconstrução das ideologias classistas, machistas, racistas e capacitistas, no ensino superior. No caso dos negros e negras, as cotas sociorraciais revelam que a sua baixa presença na graduação e na pós-graduação brasileira é fruto de um processo histórico de desigualdade social, racial e escolar e de exclusão do direito à educação para a população negra. Há uma construção perversa de negação de oportunidades no contexto do capitalismo e do racismo, que é intencionalmente camuflada e apregoada como uma questão de mérito. As cotas podem ser entendidas como uma nova forma de garantia de direitos. Nisso, reside o seu potencial emancipatório. Como dizem os estudantes cotistas nas suas organizações políticas: as cotas abrem portas.



Foto: Foca Lisboa

EC – Como a senhora avalia as hostilidades e a negação da educação, da ciência e da civilização que marcaram o último governo?

Nilma – A situação de retrocesso da democracia que vivemos nos últimos quatro anos foi um terreno fértil para a reprodução do racismo, e isso teve efeitos negativos na vida da população negra e não negra de modo geral, na escola básica, na gestão das escolas e das Secretarias de Educação, nos Conselhos de Educação e no ensino superior. Vimos perfis muito conservadores e reacionários ocuparem vários espaços de poder e decisão em nossa sociedade, fundamentalistas religiosos que quiseram impor à educação o seu falso cristianismo. A invenção da ideologia de gênero é um exemplo. Trata-se de um viés religioso extremamente articulado com a má política e com os interesses do mercado. Esses grupos ainda não desistiram. Eles demonizam tudo o que diz respeito ao movimento negro e aos demais movimentos sociais que lutam pelos direitos da mulher, dos indígenas, da juventude, das pessoas LGBTQIA+, em prol da liberdade, do direito à diferença e da democracia. Tudo isso reforça a presença de pensamentos e ações de conservadores e reacionários sobre a questão racial e africana nas mais diferentes instituições sociais. Isso é seriíssimo e espero que o atual Ministério da Educação e o governo federal como um todo sejam categóricos na afirmação de que o racismo é crime e não pode ser cometido por ninguém, principalmente pelos profissionais responsáveis pela educação escolar das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Trabalho escravo quase triplicou no RS

Com a operação do Ministério Público do Trabalho (MPT) que resgatou 207 trabalhadores mantidos em trabalho escravo na colheita de uvas para vinícolas na serra gaúcha, o Rio Grande do Sul superou todos os recordes desse tipo de crime no triênio. Só nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, são 208 casos. Em todo o ano de 2022, o MPT resgatou 156 e, no ano anterior, 76.

Em Bento Gonçalves, os trabalhadores, provenientes da Bahia, em sua maioria, foram aliciados por uma empresa terceirizada pelas vinícolas Garibaldi, Aurora, Salton e mais 23 produtores rurais.

A exploração do trabalho escravo não é novidade no país. Em 2022, pelo menos 2.575 trabalhadores foram resgatados de condições análogas à escravidão em 432 operações. Em 2021, foram 1.937 resgates. Em 2020, 942 e, em 2019, foram 1.054 pessoas resgatadas pelas forças-tarefas do MPT.



Foto: Marcello Casal Jr./ABR

MST comemora safra recorde de arroz agroecológico



Foto: Igor Speratto

Os agricultores dos assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul comemoram, em março, mais de uma década de liderança no ranking do Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga) como maiores produtores de arroz orgânico da América Latina.

A safra 2022/2023 voltou a patamares de antes da pandemia, com a produção acima das 16 mil toneladas. Para comemorar a retomada do aumento no cultivo, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) e o Grupo Gestor do Arroz Orgânico organizam no dia 17 de março, a partir das 8h30min, no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, a 20ª

Festa da Colheita do Arroz Agroecológico.

A produção das 322,3 mil sacas de 50 quilos vem de área plantada de 3,2 mil hectares em 22 assentamentos localizados em nove municípios das regiões Metropolitana, Sul, Centro-Sul e Fronteira-Oeste do estado, e envolve 352 famílias organizadas em sete Cooperativas da Reforma Agrária.

A maior produção dos últimos anos havia sido registrada em 2019, quando o movimento comemorou uma safra de 16 mil toneladas. Com a pandemia e o agravamento da estiagem, em 2020 e 2021 foram em torno de 12 mil toneladas e, no ano passado, a safra chegou a 15 mil toneladas.

Reajuste de bolsas de estudo

O governo federal anunciou aumento no número de bolsas concedidas e o reajuste a partir de março.	As bolsas de mestrado e doutorado, que não tinham qualquer reajuste desde 2013, terão variação de 40%.	No caso do mestrado, o valor sairá de R\$ 1.500 para R\$ 2.100. No doutorado, de R\$ 2.200 para R\$ 3.100.	Já nas bolsas de pós-doutorado, o acréscimo será de 25%, com aumento de R\$ 4,1 mil para R\$ 5,2 mil.
---	--	--	---



Aponte a câmera do seu celular para ler o QR CODE e salvar nosso contato.





Há 27 anos na defesa dos direitos dos professores do ensino privado.

Conheça nossas áreas de atuação:
DIREITO DO TRABALHO, PREVIDENCIÁRIO E CÍVEL

Agende uma consulta gratuita:
 **51 98060.3579**

*Credenciado pelo:
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão



Foto: Marcelo Camargo/ABr

“Estamos começando um novo momento, saindo das trevas para voltar à luminosidade de um novo tempo”, disse Lula em encontro com reitores e reitoras das federais no Palácio do Planalto

MEC enfrenta pressão para revogar reforma do ensino médio

por Marcelo Menna Barreto

A educação vivenciou a sua maior crise nos últimos quatro anos no país. Além do mais baixo investimento desde 1999, o setor teve os maiores cortes e contingenciamentos de verbas e foi convertido em campo de batalha ideológica e pregação religiosa, sob o comando de ministros comprometidos com grupos privados e interesses alheios à educação. O orçamento do Ministério da Educação perdeu mais de 20% e o de Ciência e Tecnologia, 44% dos recursos no período. Repleta de desafios, críticas e contradições, a agenda do atual governo enfrenta, ainda, o sucateamento da educação pública com políticas voltadas para ampliar o acesso, a permanência e a democratização. Para o ministro da Educação, Camilo Santana, a revogação de medidas como a reforma do ensino médio não é prioridade

Em um simbólico encontro com reitores de universidades e institutos federais de educação no dia 19 de janeiro – depois de quatro anos marcados pela falta de diálogo, hostilidades ao meio acadêmico e cortes de verbas da educação durante o governo anterior –, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sinalizou seu projeto de resgatar o Ministério da Educação das mãos de interesses privados e tirar a educação do “obscurantismo”.

Para isso, entraram em cena dois cearenses que há pelo menos quatro anos têm trabalhado de forma afinada e revolucionaram a educação básica em seu estado: Camilo Santana (PT), ex-governador do Ceará, e sua vice, depois governadora, Izolda Cela.

Santana à frente do MEC e Izolda como secretária-executiva da pasta têm todas as condições de fazer esse resgate e reestruturar – e também encontram amplo

apoio no setor.

Essa avaliação é compartilhada por educadores como Claudia Costin, diretora do Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e Daniel Cara, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por exemplo.

Apesar dos entraves deixados pela “destruição bolsonarista”, afirma Daniel Cara, a avaliação geral é que Camilo “tem força política e capacidade de gestão para enfrentar o desafio”.

Ele lembra que Izolda foi secretária municipal de Educação de Sobral (CE) e, posteriormente, secretária de Educação do Ceará. Suas gestões à época foram as responsáveis pela política educacional bem-sucedida na cidade e replicada no estado. De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Foto: Governo do Ceará/ Reprodução



A secretária-executiva do MEC, Izolda Cela: das cem melhores escolas públicas apontadas pelo Ideb, 87 estão no Ceará

(Ideb), das cem melhores escolas públicas nos anos iniciais do ensino fundamental, 87 encontram-se no Ceará.

Educação básica: pressão pelo revogação da reforma

Uma das questões que a nova gestão do MEC terá que enfrentar é a pressão do setor pela revogação da reforma do ensino médio, uma pauta que o ministro Camilo Santana tem evitado – ou subestimado na agenda do MEC.

Santana afirma que há medidas mais urgentes que a pauta da reforma, como a discussão da nova política do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e obras paralisadas.

Para o titular do MEC, existem

pontos “em que há questionamentos por parte de alguns setores” na reforma de 2017. Sua ideia é fazer uma avaliação e “convocar secretários estaduais, especialistas, Comissão de Senado e Câmara, para avaliar pontos importantes e gargalos”.

A posição do ministro conflita com o entendimento de mais de 280 sindicatos, entidades representativas, grupos de pesquisa, associações científicas e movimentos sociais com atuação des-

tacada na educação que subscreveram uma Carta Aberta pela revogação da reforma do ensino médio.

Gabriel Grabowski, Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), integrante do Observatório do Ensino Médio do RS e professor pesquisador da Universidade Feevale, afirma que “o mínimo que se espera do MEC na gestão do governo Lula” é uma imediata revogação da reforma e

da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ambas oriundas do governo Temer.

“Não é possível continuarmos com elas, pois foram impostas por Medida Provisória e por um campo restrito de especialistas e gestores que querem reduzir os investimentos e custos com a educação básica por meio de redução da carga horária escolar e docente, estabelecendo parcerias com parceiros privados”, argumenta.

Aumento das desigualdades

Grabowski lembra que pesquisas já apresentam evidências do impacto negativo da medida. “Na maior rede pública de ensino do país, São Paulo, estudos já constataram: aumento das desigualdades escolares dentro da rede pública, estudantes sem aulas por falta de professores, maior precarização do trabalho docente, ampliação do ensino a distância, estreitamento curricular e privatização da oferta educacional direta”, evidencia.

Lalo Watanabe Minto, professor da Faculdade de Educação e coordenador da Linha de Pesquisa

Trabalho e Educação e do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Crítica Social (Gepecs) na pós-graduação da Unicamp, cita, em seu entendimento, dois motivos para que a revogação da reforma não esteja no horizonte do novo governo.

O primeiro que ele diz ser “bem simples e óbvio” é decorrência de grande parte das medidas introduzidas serem compartilhadas pelas forças políticas que ocupam o MEC e o governo hoje.

Além disso, destaca Watanabe, a reforma integra parte de “uma construção global que abriga as

políticas educacionais às quais os sucessivos governos brasileiros têm sido favoráveis”.

Essa construção, conforme ele, tem na participação privada – empresários, terceiro setor, ONGs, fundações, institutos e outros – um elemento decisivo.

“Lembremos que, desde 2007, esses setores fazem parte da elaboração das políticas educacionais de maneira integral. Ocupam postos estratégicos, formam e fornecem quadros para governos, fazem lobby por determinadas políticas e estão instalados no aparelho do

Estado. Não é uma participação de ocasião, mas permanente”, alerta.

“Pessoalmente, não nutri nenhuma expectativa para com o novo governo antes das eleições e isso se fortaleceu quando da nomeação da equipe de transição e da escolha de Camilo para o MEC. Mas a história nunca está fechada, não é mesmo?”, ironiza. O pesquisador da Unicamp reafirma que o cenário é pessimista e ressalta que o campo da educação deve se movimentar para que o governo faça as mudanças que, “por vontade própria, não faria”.

Creches e escolas em tempo integral

Após o encontro com os reitores, o ministro da Educação aproveitou a divulgação da primeira etapa do Censo Escolar de 2022 para informar que, paulatinamente, nos primeiros cem dias de governo, Lula terá em mãos as ações que devem ser implantadas até o final do seu mandato em todo o país.

Entre as metas, Camilo Santana destaca o aumento de vagas em creches, seguindo a determinação do Plano Nacional de Educação (PNE) e a ambiciosa priorização do modelo de escolas públicas em tempo integral.

Ambiciosa porque, atualmente, fazer com que todas as crianças brasileiras da rede pública fiquem em ambiente escolar em tempo in-

tegral exigirá um esforço significativo.

Em números, algo em torno de 32 milhões de alunos dos cerca de 40 milhões que estudam no regime de pelo menos quatro horas diárias.

A meta do MEC tem a ressalva de que, em um primeiro momento, a educação integral requer investimentos. O valor praticamente dobra por aluno, com atividades esportivas e extraclasse. E terá que enfrentar outro desafio: o espaço fiscal restrito que o governo tem para se movimentar, apesar de ter conseguido aprovar a PEC da Transição, a qual tornou mais factível o orçamento e desarmou a bomba armada pelo governo anterior.



Foto: Marcelo Camargo/ABr

Entre as metas para os cem primeiros dias de governo, Santana destaca o aumento de vagas em creches, como determina o Plano Nacional de Educação, e escolas públicas em tempo integral

Alfabetização na Idade Certa

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), assumido pelo governo federal em 2012, também é uma das iniciativas que foram praticamente deixadas de lado desde o golpe que retirou a presidente Dilma Rousseff do poder em 2016. Santana afirma que o empenho do MEC será integral para que as crianças sejam alfabetizadas na idade certa.

O compromisso formal do PNAIC foi assinado pelos governos federal, estaduais e do Distrito Federal (DF) e municípios para garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Concretamente, esse é o primeiro programa de reformas estruturais já pronto no MEC para ser apresentado a Lula.

Conectividade

Em reunião interministerial para identificar iniciativas prioritárias de cada ministério no relacionamento bilateral Brasil-China, Santana lembrou que um dos objetivos do atual presidente é garantir até o final do seu mandato que todas as escolas públicas brasileiras não estejam somente conectadas com internet banda larga, mas tenham infraestrutura de tecnologia.

É necessário “que tenham equipamentos para acesso dos alunos e professores. Interessa ao MEC a cooperação nessa área”, registrou.

“No MEC, o foco será a educação digital”, acentua o ministro ao apontar os grandes prejuízos sofridos por estudantes de escolas públicas durante o necessário isolamento na pandemia do coronavírus.

O que está sendo garantido e os impasses

Desde que assumiu o MEC, Santana já garantiu um reajuste de 14,9% para o piso do magistério público, que passou de R\$ 3.845,63 para R\$ 4.420,55.

A retomada de 1.236 obras em

instituições de educação infantil, de ensino fundamental e em projetos de quadras esportivas escolares, envolvendo R\$ 250 milhões nas 27 unidades federativas, é outra iniciativa que contrasta com

o governo anterior, que ganhou notoriedade por sucessivos cortes orçamentários na pasta.

Para o ensino superior, o próprio presidente da República deixou claro que, após quatro anos

marcados por hostilidades e nenhum diálogo com as instituições, docentes e estudantes, serão retomados “com vigor” programas de financiamento estudantil, como ProUni e Fies.



Dúvidas sobre seus direitos? Tá na mão, tá no App!

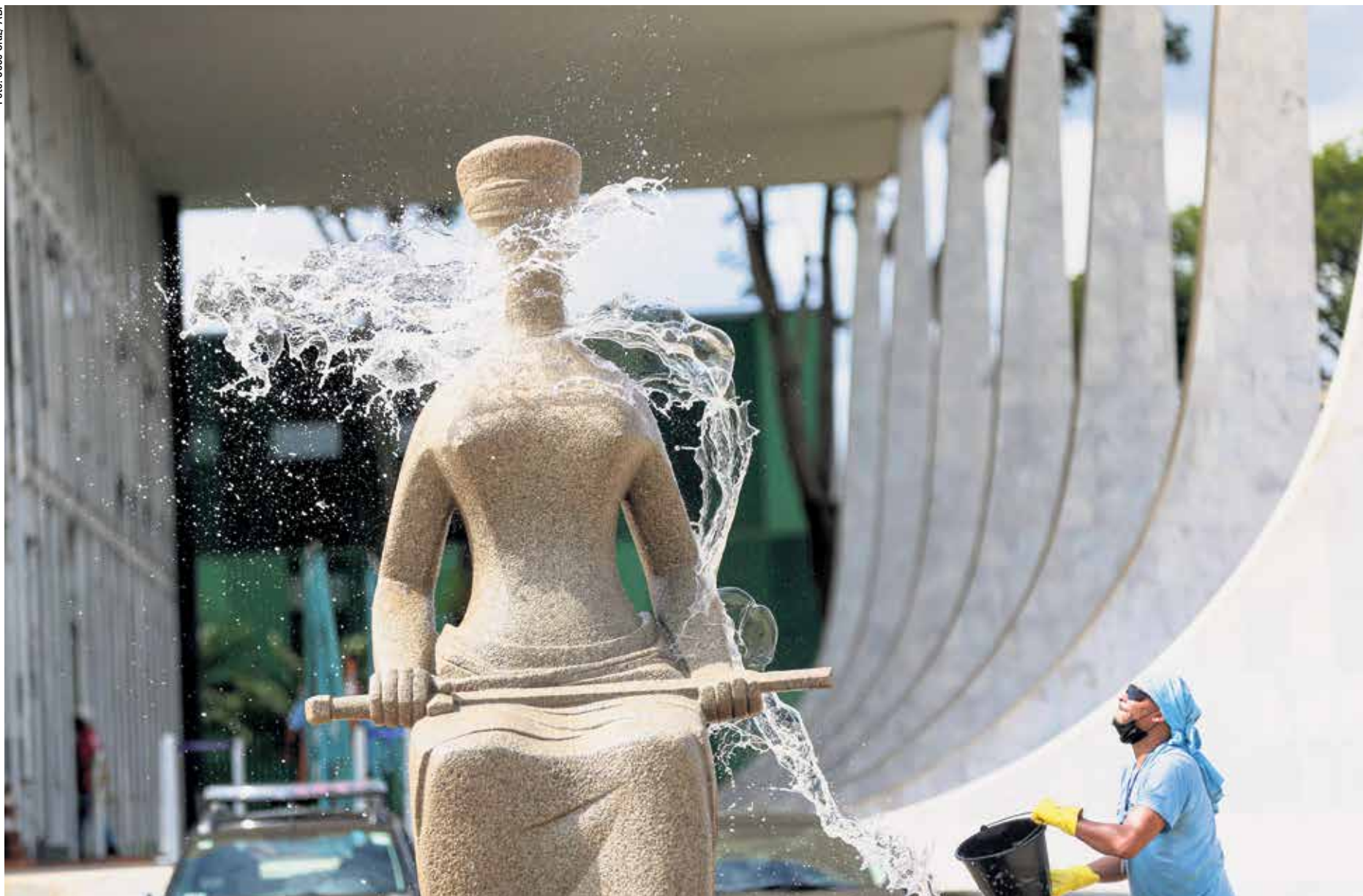
Mais prático, completo e fácil de consultar.

Convenções e Acordos Coletivos de todos os níveis de ensino

Baixe ou atualize o seu

SINPRO/RS
Sindicato Unificado



Depois dos atos golpistas de 8 de janeiro na Praça dos Três Poderes, trabalhador faz lavagem da estátua de Thêmis, diante do Palácio da Justiça

Golpistas e arsenais em mãos civis: os novos desafios da segurança pública

por Renato Dornelles

O número de casos de violência política e eleitoral no Brasil em 2022 foi 400% maior do que o registrado em 2018. Em um recorte do período eleitoral até o primeiro turno – entre 1º de agosto e 2 de outubro de 2022 –, foram registrados 121 casos de violência política contra agentes políticos. A média foi de dois casos por dia. Os dados são da segunda edição da pesquisa Violência Política e Eleitoral no Brasil, produzida pelas organizações de direitos humanos Terra de Direitos e Justiça Global, prenunciando o que viria a acontecer no país neste início de ano

Após as eleições, com a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a consequente derrota de Jair Bolsonaro (PL), que tentava a reeleição, apoiadores do situacionista montaram acampamentos nas proximidades de quartéis em várias cidades do país, passaram a bloquear estradas e rodovias, queimaram carros e ônibus e até tentaram um atentado com dinamite próximo ao aeroporto de Brasília.

Uma semana após a posse do presidente eleito, no dia 8 de janeiro, cerca de 4 mil pessoas, apoiadoras do candidato derrotado, realizaram uma caminhada também em Brasília, em uma manifestação que terminou com a invasão e depredação do Palácio do Planalto e das sedes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Os atos foram con-

siderados terroristas e golpistas.

Diante desses fatos anteriores e posteriores às eleições e à posse, especialistas no assunto apontam a segurança pública como uma das áreas mais sensíveis e um dos maiores desafios para o novo governo. Além de voltar-se a problemas habituais, como o combate ao crime organizado e vigilância das fronteiras, a segurança pública no governo Lula tem que se manter atenta à violência política e a tentativas de golpe.

"Penso que a segurança pública é um dos maiores desafios, mas não me parece que esse seja o entendimento do governo federal. O fato de Lula ter recuado da proposta defendida na campanha de criação do Ministério da Segurança Pública sugere que o tema seguirá sendo tratado como se fosse responsabilidade básica



Foto: Igor Sperotto

dos estados, o que significa que a União seguirá tendo um papel inexpressivo. Se for isso, trata-se de um erro grave de avaliação", analisa Marcos Rolim, jornalista, sociólogo, professor universitário e consultor em segurança pública. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, sociólogo, professor universitário e especialista em segurança pública, concorda que houve uma mudança de estratégia.

"Parece que foi revertida a proposta de criação de um ministério autônomo, porque se ouviu que o Ministério da Justiça no governo Lula, diante das ameaças golpistas, da contaminação das polícias e também das Forças Armadas, seria um ministério estratégico. Ou seja, o ministério seria o anteparo a todos esses grupos golpistas encastelados dentro dessas instituições", avalia.

Para o ex-diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública, consultor em segurança e diretor executivo do Instituto Cidade Segura, Alberto

Kopittke, para combater as ameaças de golpe, a nova realidade requer debates e um processo de renovação na segurança pública e nas Forças Armadas.

"É preciso discutir uma doutrina civil, constitucional, legalista, as Forças Armadas e, também, é necessária uma depuração. Não há uma transição democrática sem depuração do Estado", recomenda.

No episódio do Capitólio (invasão da sede do Poder Legislativo dos Estados Unidos por apoiadores do ex-presidente Donald Trump, em janeiro de 2021), vários generais se manifestaram em favor da democracia. Aqui no Brasil, isso não ocorreu, contrapõe Kopittke.

"O maior problema deste clima insurrecional é não poder discutir uma política pública de segurança pública com calma, de forma organizada. Questão importante que acaba secundarizada. Ainda mais que ainda não se conseguiu formar uma agenda de combate ao crime organizado. Agora, a situação piorou", alerta.



Foto: Divulgação

Em julho de 2022, a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, uma estatal federal, obteve autorização de Bolsonaro para abrir um clube de tiro e loja de armas

Convenções Coletivas de Trabalho | Planos de Saúde e Odontológico | Assessoria Jurídica | Hotel Casa do Professor | Previdência Privada e muito mais.

Da Educação Infantil à Educação Superior, dentro ou fora da sala de aula, quanto mais você precisa, mais o Sinpro/RS aparece. Acesse www.sinprors.org.br e associe-se!

*Se você já é sócio, converse com seus colegas e indique o Sinpro/RS.

SINPRO/RS
Sindicato Estadual

Câmaras de eco

Para Rolim, as ameaças de golpe decorrem principalmente de um processo de radicalização e de manipulação executado por meio das redes sociais.

“São o desfecho previsível do processo de radicalização produzido pela extrema-direita no Brasil, a exemplo do que ocorre em muitos outros países já há alguns anos. Esse processo implicou em uma espécie de lavagem cerebral de milhões de pessoas que passaram a viver em bolhas da Internet, onde se produziu o fenômeno das ‘câmaras de eco’, em que todas as pessoas repetem afirmações e valores na mesma direção, sem contraditório. Essas pessoas estão sendo instigadas ao ódio pela dis-

seminação massiva de mensagens falsas há muitos anos”, constata.

O consultor em segurança e diretor do Instituto Cidade Segura aponta o ex-presidente Jair Bolsonaro como principal responsável pela situação. “Desde que assumiu como presidente, Bolsonaro passou a atacar as instituições e dissimular o discurso de ódio, sem nenhuma punição”, lembra. Para o especialista, nesse contexto, os episódios de 8 de janeiro não foram inéditos. “Se não tivessem o apoio de militares, seriam uma manifestação política”, deduz Kopittke.

O apoio dos militares, repara ele, é o que faz ter um caráter de insurreição. “Mas não é novo. Isso ocorreu na Proclamação da Repú-

Foto: Igor Sperotto



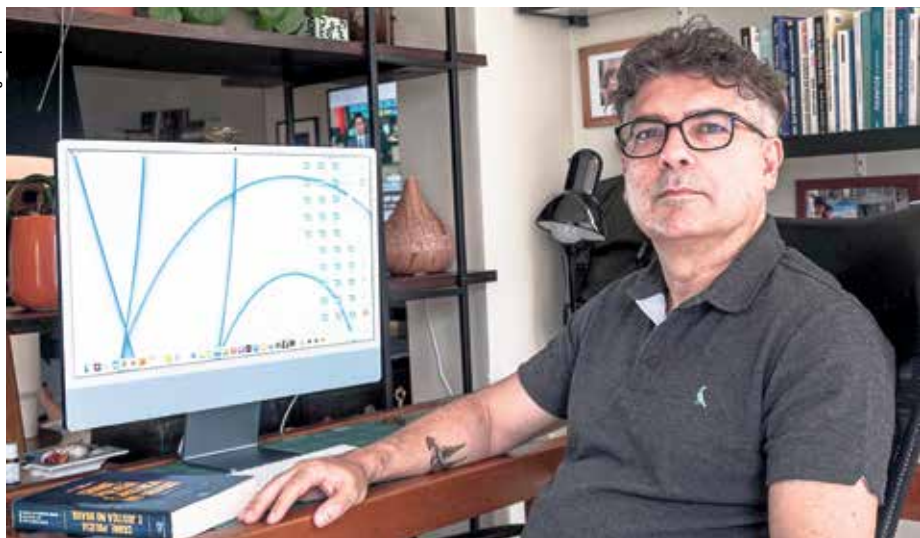
Para Rolim, radicalização e manipulação nas redes sociais levou às ameaças de golpe

blica, para derrubar Getúlio Vargas, no movimento que provocou a Legalidade e no início da ditadura.

É uma técnica desestabilizadora que vem sendo usada no Brasil há mais de um século”, contextualiza.

Recolhimento de armas

Foto: Igor Sperotto



Governo deve equacionar a política a ser adotada em relação as armas, diz Ghiringhelli

Em relação à situação anterior ao governo Bolsonaro, o governo Lula recebe uma herança considerada indesejada. Entre dezembro de 2018 e o primeiro semestre de 2022, ou seja, no período pós-eleição de Jair Bolsonaro e três anos e meio de seu governo, a quantidade de armas registradas no país saltou de 350.638 para 1.006.735, um aumento de 187%.

O crescimento teve como base os decretos presidenciais que facilitaram o acesso a armamentos, como a flexibilização da aquisição e do registro de armas de fogo, inclusive algumas até então de uso restrito das Forças Armadas e das polícias. E o aumento nos limites de registros: 60 armas de fogo para atiradores (30 de calibre restrito), 30 para caçadores (15 de calibre restrito) e sem limi-

tes para colecionadores.

O primeiro passo já foi dado com as medidas anunciadas pelo governo federal que impedem a sequência desse processo insano de compra de fuzis e de montagem de arsenais nas mãos de civis.

“O ponto a ser equacionado é qual a política a ser adotada quanto a esses arsenais e armas antes restritas, mas que foram adquiridas legalmente. Penso que o governo deveria lidar com esse tema sem tomar qualquer medida compulsória, para evitar a judicialização e mesmo a resistência armada de alguns proprietários. O melhor caminho parece ser o de uma política de ‘payback’, oferecendo um valor razoável pelas armas adquiridas para aqueles que quiserem participar desse esforço. Essas armas seriam, então, encaminhadas pelo

governo às polícias”, sugere Rolim.

Já Ghiringhelli propõe um aumento e uma transferência da responsabilidade pelo controle dos cadastros. “Primeiro, é necessária a derrubada desses decretos. É fundamental que haja também uma política de recolhimento de armas que estejam irregulares. Isso já está sendo encaminhado por meio de uma proposta do recadastramento, que seria obrigatório. Mas também é necessário que se pense quais seriam os mecanismos para efetivar isso. Pelo que se sabe, as Forças Armadas não têm grande disposição para isso, e então é preciso que se crie uma outra estrutura, na minha opinião, vinculada à Polícia Federal”, sugere.

Por fim, Rolim avalia que as velhas e as novas questões en-

volvendo direta ou indiretamente pautas relativas à segurança pública requerem uma maior participação do governo federal.

“Todos os desafios na área da segurança pública demandam uma presença efetiva da União, como, aliás, ocorre nas democracias mais consolidadas”, compara.

Conforme Rolim, isso envolve a criação de novas instituições, como uma Academia Nacional de Polícia, capaz de formar as futuras lideranças policiais; um Instituto Nacional de Pesquisas, para sistematizar os dados na área da segurança, impulsionar pesquisas e construir procedimentos operacionais unificados, e uma Inspeção Nacional de Polícia, para cumprir um papel centralizado de correção e controle de qualidade do trabalho policial.

Foto: Joedison Alves/ ABr



Violência e omissão das polícias diante do vandalismo no DF, em janeiro, colocaram em xeque a proposta de criação de um Ministério da Segurança



Foto: Igor Sposito

Bicheiros e contraventores investem em cassinos on-line e apostas esportivas

por Pedro Nakamura

As apostas esportivas foram legalizadas em 2018, mas sua exploração no país segue proibida, pois não houve regulamentação. Contraventores brasileiros aproveitaram esse limbo jurídico para montar sites de jogos de azar a partir de empresas de fachada no exterior e investir em casas de apostas e caça-níqueis de calçada. O resultado dessa combinação é um negócio altamente lucrativo e livre de tributação. O aceno para a legalização também atraiu casas estrangeiras e reduziu a fatia de lucros das apostas irregulares, como o jogo do bicho. Em 2022, a indústria dos jogos de azar movimentou perto de R\$ 20 bilhões no Brasil, enquanto os sites de apostas esportivas faturaram três vezes esse valor

Uma tabacaria na Rua dos Andradas, próxima à Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, estampa na fachada a logomarca do site de apostas esportivas *Imperial Bet*. Nos fundos, atrás de uma porta discreta, há caça-níqueis. À frente da loja, um banner exibe os 25 animais do jogo do bicho e a listagem dos resultados do dia da *Loteria da Sorte*, mantida por um cartel de bicheiros ao menos desde os anos 1990. Anúncios semelhantes dessa mesma zooteca se espalham por lotéricas, bares e cassinos clandestinos da cidade inteira.

O grupo responsável pela *Loteria da Sorte* reunia 11 bicheiros em 1992, segundo uma reportagem do jornal *Zero Hora*, que, à época, revelou como operava o cartel da contravenção no Rio Grande do Sul.

Em 2002, uma denúncia do Ministério Público afirmou que seis homens seriam os principais banqueiros do bicho gaúcho, formando uma espécie de segunda geração do mesmo "Grupo da Sorte".

Na ocasião, a ação, que acusou 17 pessoas de explorarem a jogatina, foi julgada improcedente por falta de provas.

Agora, o *Extra Classe* identificou que, desses acusados, ao menos dois podem estar na ativa no mesmo cartel, e que a contravenção ligada à zooteca em Porto Alegre diversificou seu negócio para as apostas esportivas.

Esse tipo de exploração é proibido, assim como outros jogos de azar, apesar da modalidade ser legal no país desde 2018.

Isso porque, até hoje, o governo federal não criou regras para a operação de casas de apostas esportivas em território nacional, o que inclui as bancas espalhadas por Porto Alegre.

"Está legalizado, mas não regulamentado, então não há operador autorizado", explica o advogado Roberto Brasil, sócio do escritório Brasil Fernandes e autor do livro *Direito das Loterias no Brasil* (Ed. Fórum, 2020, 118 p.). "Então, não se pode operar apostas esportivas no país, com exceção daqueles hospedados na internet e no exterior, e que não paguem prêmios a territórios nacionais", avalia.

O próprio site *Imperial Bet* teria sido "montado pelos bicheiros", segundo um cambista ouvido na condição de anonimato. A reportagem visitou mais de 10 bancas da capital entre a zona norte e o Centro Histórico.

Um dos apontadores explicou que enviava os recibos de apostas do bicho via *WhatsApp* para um contato chamado "Ernani Loter-

rias", mesmo nome de uma lotérica de Alvorada administrada por Ernani Luiz Paz, apontado como um dos principais banqueiros do bicho de Porto Alegre em 1992 e pelo MP na década seguinte. O empresário não foi localizado para comentários, já que o CNPJ de sua empresa foi baixado junto à Receita Federal em 2018.

Vanderlei Nogueira, o *VGN*, que também foi investigado como bicheiro pelas autoridades no início dos anos 2000 e absolvido, é outro que seguiria na ativa. Hoje, Nogueira é acusado pela Polícia Civil de lavar dinheiro da contravenção usando uma agência de empresariamento de jogadores de futebol, que negocia atletas com clubes como Grêmio e Juventude.

A apuração corre em sigilo, mas Nogueira não esconde suas

ligações nas redes sociais. No LinkedIn, mantém um perfil antigo em que se apresenta como diretor do *Resultado Certo*, site já desativado que exibia sorteios da zooteca – e que foi indicado por um dos cambistas ouvidos para a consulta de resultados na internet.

Em 2020, Nogueira também se associou ao site de apostas esportivas *Estadium*, o qual patrocinou os clubes Ceará (CE), Vila Nova (GO), Paraná (PR) e Santa Cruz (PE) ao longo daquele ano.

VGN até abriu uma banca na Zona Norte com o mesmo nome do site, decorada com o logotipo da casa de apostas em um banner, porém o espaço logo foi fechado pela Polícia Civil. Contatado por meio de sua empresa de agenciamento de jogadores, a "BCFV Assessoria em Esportes", o empresário não deu retorno.



Sites de apostas esportivas são chamariz para máquinas caça-níqueis escondidas nos fundos de estabelecimentos no centro da capital

Contravenção on-line

Além da *Imperial Bet*, mais sites atuam em bancas da capital. Mantidos por um contraventor que opera uma tabacaria na Rua Júlio de Castilhos, os sites *Sullbet* e *Esportes Betsul* são a opção esportiva em várias lojas do Centro Histórico, que também exploram bingos, caça-níqueis e oferecem a zooteca do *Grupo da Sorte*.

O *Extra Classe* visitou três desses pontos em janeiro, mas identificou poucos apostadores. "Muita gente que jogava no bicho ou em máquina na rua, hoje joga nas apostas esportivas e na internet", explica o jornalista Magnho José, presidente do Instituto Jogo Legal (IJL) e editor do *Boletim de Notícias Lotéricas* (BNL Data). Apesar da

ilegalidade, o setor empregava 450 mil pessoas em 2022, de acordo com um levantamento do IJL/BNL Data.

Após a visita a cassinos clandestinos da capital gaúcha, a reportagem apurou que os caça-níqueis usados na cidade, da marca taiwanesa AIC Games, custam entre R\$ 4,2 mil e R\$ 5,3 mil cada.

Isso requer um investimento de cerca de R\$ 36 mil para se operar oito máquinas, que é o mínimo necessário para manter o negócio.

As informações sobre os custos dos equipamentos clandestinos foram repassadas por um vendedor indicado pela própria AIC como representante da empresa no Brasil.

Paraíso fiscal

Já um cassino on-line que oferece apostas esportivas, por outro lado, pode custar uma entrada de R\$ 8 mil com mensalidades a partir de R\$ 1 mil. Esse é o preço, por exemplo, cobrado pela XSA, empresa da Paraíba que oferta a "criação de bancas de jogos on-line".

Já a *Imperial Bet* e *Sullbet* contratam uma plataforma pernambucana do mesmo ramo, chamada SGA.

A companhia foi contatada pela reportagem, que se passou por uma pessoa interessada em pesquisar preços no mercado de plataformas de apostas. Uma consultora explicou que a empresa, a qual seria registrada para operar jogos de azar na ilha de Curaçao, um paraíso fiscal no Caribe, "sublicencia" sua autorização aos clientes, de modo que eles possam operar on-line no Brasil como se fossem sediados no estrangeiro.

O *Extra Classe*, no entanto, verificou que não há autorização concedida por licenciadores da ilha aos clientes da SGA que operam na capital.

A empresa oferece até sistemas para bilhetes e cambistas, o que é ilegal. "(Oferecemos sistemas para) a rua, que é bilhete e cambista, e on-line, que é 100% on-line, com cassino e cassino ao vivo", explicou a consultora.

“O ideal para aquele que se associa à SGA é dispor de um capital inicial de pelo menos R\$ 150 mil, considerando a taxa de adesão, as despesas com marketing, divulgação, capital de giro, etc.”

Contatada mais tarde por e-mail para se posicionar sobre a regularidade da operação da SGA, a consultora não respondeu. Os sites *Imperial Bet* e *Sullbet* também não retornaram aos pedidos de informações.



A Loteria da Sorte é mantida por um cartel de bicheiros em Porto Alegre desde os anos 1990

Faturamento bilionário

A entrada da contravenção nas “bets” ocorre em meio à perda de espaço para grandes sites já consolidados no exterior, como *Bet365* e *Betsson*, os quais ocuparam o mercado nacional de apostas esportivas a partir de 2018.

"Não sei números por não ser um mercado regulado, mas conheço operadores do jogo do bicho que afirmam categoricamente que o jogador migrou para as apostas esportivas", diz José.

Na metade de 2022, só 24% dos acessos mensais a casas de jogos iam para operadores brasileiros,

ainda que irregulares, de acordo com um levantamento interno de uma casa de apostas europeia obtido pela reportagem.

Conforme estimativas realizadas pelo Instituto Jogo Legal (IJL), só no ano passado, o mercado ilegal de jogo do bicho, bingos e cassinos movimentou em torno de R\$ 20 bilhões no Brasil, enquanto as apostas esportivas faturaram por volta de R\$ 60 bilhões.

A tendência segue uma curva vista em Portugal desde 2016, após o país legalizar os jogos de azar. Antes ocupado apenas por

negócios ilegais, em três anos, 69% do mercado passou para as mãos de operadores autorizados, que até 2021 repassaram quase 400 milhões de euros em tributos aos portugueses.

Atualmente, muitas casas de apostas pagam no Brasil só o IOF, um imposto de 6,86% sobre transações para o exterior. Entre as que operam nas ruas e movimentam capital ilícito, não há tributação. Ou seja, como não existe tributação sobre jogos de azar, somente sobre algumas operações financeiras relacionadas à jogatina, essas casas de apostas atuam no limbo, fatu-ram alto e não pagam impostos.

Por isso, os sites de apostas se tornaram uma diversificação atraente para contraventores por trazerem menor custo e risco, além de dificultarem investigações por causa do atual vácuo regulatório. É um mercado que cresce sem fiscalização ou restrições à publicidade, já que a atividade foi legalizada sem ser regulada.

Em 2018, uma lei estipulou o limite de quatro anos para a criação de regras para a operação de casas de apostas. O então presiden-

te do Brasil, Jair Bolsonaro (PL), no entanto, desrespeitou esse prazo legal, que venceu em dezembro de 2022. Além disso, o governo anterior atrasou para o governo Lula o debate legislativo sobre a legalização dos jogos de azar.

Uma proposta chegou a ser aprovada pela Câmara Federal no começo de 2022, mas estacionou, aguardando votação no Senado após Bolsonaro afirmar que vetaria o projeto.

Nos bastidores da Câmara, a proposta de regulamentação dos jogos de azar enfrenta a resistência do *lobby* da bancada evangélica e tem, naturalmente, o endosso de empresários e contraventores. A iniciativa, contudo, além de gerar tributos e formalizar empregos, pode criar uma espécie de anistia.

“O que possivelmente vai acontecer é que muitas condenações por crimes de lavagem de capitais da contravenção serão extintas porque a lei penal retroage em benefício do réu”, explica um delegado da Polícia Civil que investiga os contraventores em Porto Alegre.



Em 2020, a Polícia Civil gaúcha apreendeu apostas, dinheiro, drogas e armas na capital e na Grande Porto Alegre

STF deve julgar constitucionalidade dos jogos de azar a partir de caso do RS

Além do projeto de lei aprovado na Câmara e que está parado no Senado, uma ação aguarda julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2016 e também pode descriminalizar os jogos de azar.

Após o Ministério Público do RS processar por contravenção Guilherme Tarigo Heinz, de São Leopoldo, um tribunal de segunda instância no estado decidiu que o artigo da Lei de Contravenções Penais que proíbe a prática, promulgado em 1946, seria inconstitucional por afrontar a liberdade individual e o direito à livre iniciativa.

O MP recorreu e o caso chegou ao STF (Recurso Extraordinário 966177) e, desde então, enquanto a decisão não sai, processos penais sobre a exploração de jogos de azar estão suspensos no país, o que gerava uma fila de 4,69 mil ações só em abril de 2022, segundo o BNL Data.

“Os integrantes de uma turma recursal mudaram um entendimento tradicional na matéria e consideraram que a contravenção penal de explorar jogos de azar é atípica, ou seja, não haveria fundamento constitucional para considerá-la crime”, explica o promotor João Pedro Xavier, da Procuradoria de Recursos do MPRS.

“O que está parado hoje são os recursos que tratam disso, o

que não quer dizer que, se houver um cassino clandestino, a polícia não possa ir lá prender o responsável e recolher tudo”, esclarece.

HISTÓRICO – A jogatina no Brasil foi proibida pela primeira vez em 1946, por meio do Decreto-Lei 9.215 baixado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, por “levar o ser humano à degradação”. O chefe do Executivo, no entanto, estaria mais preocupado com assuntos domésticos do que com a integridade dos brasileiros, já que a pressão vinha da primeira-dama, Carmela Dutra, do ministro da Justiça, Carlos Luz, e do arcebispo dom Jayme Câmara.

O decreto de Dutra acabou com a noitada de 71 cassinos, entre os quais o Copacabana Palace e o Cassino da Urca, no Rio de Janeiro, por onde desfilavam estrelas como Carmen Miranda, Ary Barroso e Josephine Baker.

Passados mais de 70 anos, o ex-presidente Michel Temer (MDB), ao tomar o governo, resolveu legalizar as apostas esportivas on-line.

A Lei 13.756/2018 sancionada por ele estipulou prazo até 12 de dezembro do ano passado para a regulamentação das casas de apostas – o que incluía cassinos em resorts, navios e cidades classificadas como polos ou destinos turísticos, bingos e jogo do bicho. O prazo não foi cumprido por Bolsonaro, o que deu margem para

a proliferação do jogo, especialmente os sites de apostas sediados em paraísos fiscais para burlar o Fisco.

No início de março, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que enviará proposta de regulamentação e tributação dos jogos para a Casa Civil. A medida deve arrecadar até R\$ 6 bilhões anuais de impostos.

O Projeto de Lei 442/1991, de autoria do deputado federal Renato Vianna (PMDB/SC), prevê a

criação do Sistema Nacional de Jogos e Apostas, legalizando cassinos, bingos, videobingos, jogos on-line, corridas de cavalos e o jogo do bicho.

A proposta, forjada por pressão dos lobbies de grupos estrangeiros proprietários de resorts e dos empresários interessados na exploração de cassinos, bingos e jogo do bicho, já foi aprovada na Câmara Federal, passou por comissões no Congresso Nacional e está parada no Senado.



Foto: Polícia Civil/RS

Pode comparar! Até os nossos preços são melhores.

Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Faça uma simulação de valores e saiba mais em:
sinprors.org.br/saude | 051 4009.2930 | convenios@sinprors.org.br

Sindicato Cidadão



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

O que faremos com toda essa solidão nas redes sociais?

Em quem ou no que pensamos quando postamos um texto no Facebook, uma frase no Twitter, uma imagem no Instagram, um vídeo no YouTube ou no TikTok?

Foto: Blast/Reprodução



Quem, supostamente, verá esses conteúdos? E como nós somos afetados pelos incontáveis vestígios deixados por outras pessoas todos os dias nas redes sociais, com os quais nos deparamos por acaso ou segundo os cálculos dos algoritmos?

Essas perguntas constituem um dos fios condutores da série *Internet*, apresentada pelo jornalista francês Pacôme Tiellement, no canal *Blast – Le souffle de l'info*, site francês independente de notícias e Web TV.

Em uma série de doze episódios, o jornalista mostra histórias reais de pessoas envolvidas em realidades paralelas nas redes sociais com desfechos, não raras vezes, trágicos.

Disponível no site do *Blast* e em seu canal no YouTube, a série *Internet* traz alguns elementos que podem contribuir para o debate que ocorre neste momento no Brasil a respeito dos fenômenos das *fake news* e da criação e alimentação de realidades paralelas que vão da terra plana à suposta influência de alienígenas na política nacional. Fenômenos, como a série aponta, que viraram uma espécie de pandemia global.

Para além da dimensão dos conteúdos que alimentam essas

patologias informativas e sociais, os produtores da série recomendam um olhar especial para a própria natureza e lógica de funcionamento das redes sociais e de como elas podem afetar sentimentos como tristeza, solidão e infelicidade, ou enfermidades mentais que nos acompanham desde o início dos tempos.

O que fazer com todos esses signos que vemos cintilar diariamente diante de nós como estrelas frágeis no céu obscuro de uma tela? - pergunta Pacôme Tiellement na abertura do 11º episódio da série, *Teleka Patrick: o que virá de toda essa tristeza?*, que conta a incrível e triste história da filha mais nova de uma enfermeira e de um pastor da Igreja dos Adventistas do Sétimo Dia.

Estudante destacada, leitora voraz e talentosa, Teleka sonhava em ser psiquiatra de crianças. E seu sonho torna-se realidade. Ela se torna uma médica brilhante, descrita por seus colegas como "luminosa, alegre, inteligente, gentil e incrivelmente talentosa em sua profissão".

Até que, um dia, a vida de Teleka Patrick começa a colapsar, como "do nada", e uma dimensão oculta de sua vida acaba vindo à tona por meio da investigação de

suas postagens em redes sociais. Investigação provocada pelo final trágico da vida da jovem.

A escolha das histórias contadas na série é acompanhada por uma tese forte a respeito das redes sociais, a saber: se elas, ao longo de seu desenvolvimento, assumiram o objetivo de conter a progressão da incomunicabilidade entre os seres humanos, até aqui fracassaram e contribuíram para tornar ainda mais complexo o problema que se propuseram resolver.

As redes sociais, assinala Tiellement, acompanharam e talvez tenham intensificado a progressão da incomunicabilidade. O jornalista lembra a pergunta feita por James Baldwin, no livro *A próxima vez, o fogo*, que trata dos movimentos de emancipação dos negros norte-americanos: "O que surgirá de toda essa beleza?".

E propõe uma adaptação à pergunta. Para ele, a questão colocada pela realidade engendrada pelas redes sociais é: "O que virá de toda essa tristeza? O que faremos com toda essa solidão?".

Os episódios da série *Internet* são como ilustrações a essas perguntas, todas elas retiradas de vidas reais que, por diferentes motivos, se mesclaram com realidades

paralelas, de modo que a fronteira entre "real" e "irreal" tornou-se extremamente tênue.

A humanidade futura, questionam os produtores da série, perceberá ainda as redes sociais como espaços de troca, compartilhamento e de livre socialização? Ou verá essa promessa de felicidade como uma promessa que não pode ser cumprida? Seremos capazes de ler o que os seres humanos tentam desesperadamente dizer uns aos outros por meio de suas publicações no Twitter, Facebook, Instagram, TikTok, YouTube e outras plataformas digitais?

Para tentar responder a tais questões, a série lembra que algumas coisas são muito mais antigas do que as redes sociais e estão sendo profundamente impactadas por elas.

A história de nossas patologias, nota Pacôme Tiellement, está intimamente ligada à história de nossas práticas sociais. A internet não inventou a loucura, a solidão ou a infelicidade, mas as redes sociais deram a elas um nutriente que parece inesgotável: uma emissão quase permanente de signos de natureza ambígua capazes de alimentar tanto nossas alegrias e euforias, quanto nossos medos, delírios e tristezas.

Professores aprovam pautas para as negociações coletivas de 2023

Rodadas de negociações com os sindicatos patronais começam ainda em março em torno da reposição do INPC, aumento real de salários, remuneração do trabalho extraclasse, entre outras reivindicações

por Gilson Camargo

Em assembleias realizadas no dia 4 de março, os professores da educação superior e básica do ensino privado do Rio Grande do Sul aprovaram as pautas de reivindicações para as negociações coletivas deste ano entre o Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) e os sindicatos patronais (Sinepe/RS e Sindiman/RS).

A pauta da educação superior será levada ao Sinepe/RS, no dia 9, e ao Sindiman/RS, que representa as universidades comunitárias, no dia 16. Também no dia 9, ocorrerá a primeira rodada de negociações da educação básica, com a entrega da pauta ao Sinepe/RS.

O principal ponto das pautas dos dois segmentos da categoria são as cláusulas econômicas.

Enquanto os professores da educação básica tiveram no último período a reposição da inflação, os docentes da educação superior padecem de arrocho salarial por conta da remissão de parte da inflação de 2020 e 2021 para negociações futuras.

O INPC com data-base em março foi projetado em 5,49% pelo Banco Central, mas poderá ser revisado, considerando a incidência das mudanças esperadas nas políticas de preços dos combustíveis.

A economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Anelise Manganelli lembra que esse percentual foi fixado pelo Banco Central antes da reoneração dos combustíveis. "Essa op-

Foto: Igor Sperotto



Foto: Edimar Blazina - Ascom Sinpro/RS



Assembleias foram realizadas de forma híbrida no dia 4 de março

ção de reonerar os combustíveis tensiona a inflação, o que aumenta a expectativa de revisão do INPC", explica.

Devido a esse cenário, a Assembleia da educação superior definiu pela antecipação da negociação dos percentuais remetidos

em 2021 e 2022 para 2024 e 2025 para as negociações deste ano.

Nas negociações da educação superior, outra questão que merecerá forte polêmica é a expectativa de uma regulamentação trabalhista da atividade docente na educação a distância.

Salário e condições de trabalho na educação básica

A reivindicação dos professores da educação básica para o reajuste salarial é de 8,5%, o que contempla a reposição do INPC mais aumento real de salário.

Além de um significativo acréscimo no número de alunos, as escolas privadas do RS aplicaram um reajuste médio de 11% nas mensalidades, destaca Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

De acordo com informações do Censo Escolar divulgadas no dia 8 de fevereiro pelo Inep/MEC, o número de matrículas no ensino

básico privado no estado teve um crescimento de 7,9%, o que representa 33,6 mil alunos a mais nas salas de aula.

Além da questão econômica, os professores da educação básica enfatizaram a urgência na redução da diferença salarial na educação infantil e nos anos iniciais, na comparação com os anos finais da educação básica.

"É uma injustiça que os professores da educação infantil recebam salários menores porque seus alunos têm menos idade,

sendo que a formação docente necessária é a mesma", ressalta Cecília.

O excesso de trabalho em razão da diversidade de atividades, como planejamento de aulas, elaboração de materiais pedagógicos, instrumentos de avaliação para o efetivo atendimento aos alunos com deficiência, também preocupa os docentes, que, por falta de estrutura e apoio das escolas, acabam assumindo a responsabilidade pela inclusão escolar.

A percepção dos docentes é

que, além da falta de formação para fazer frente às demandas da educação inclusiva, não há carga horária para planejamento de atividades, materiais didáticos e avaliações.

"Com o aumento considerável de alunos com deficiência nas escolas privadas, o que é absolutamente positivo no entendimento do Sindicato e dos professores, ficou ainda mais intenso o trabalho do professor sem que ele tenha horário para fazer esse trabalho", reforça.

Crescem pedidos de demissão no ensino privado

Excesso de trabalho, assédio, estresse e adoecimento são alguns fatores apontados por educadores de todos os níveis de ensino para o abandono da docência no ensino privado. Muitos relatam que o trabalho em sala de aula se tornou insustentável no retorno às aulas presenciais após a pandemia. Os relatos aparecem na hora da rescisão de contrato junto ao Sinpro/RS.

Ainda que parte dos pedidos de desligamento seja por iniciativa do próprio docente em virtude de recolocação no mercado de trabalho, o número de professores que optou por abandonar o exercício da docência equivale a mais de um terço das rescisões do último trimestre.

De 1º de dezembro até 28 de fevereiro, o Sinpro/RS homologou 1.606 rescisões, sendo 969 professores demitidos pelas instituições de ensino, 536 pedidos de demissão e 97 desligamentos por outros motivos.

Em um recorte mais amplo, os pedidos de demissão representam mais da metade das rescisões feitas pelo Sindicato. O primeiro semestre de 2022, por exemplo, registrou um aumento de 45% dos desligamentos por vontade própria na comparação com o semestre anterior.

De acordo com relatos de docentes que pediram desligamento, no pós-pandemia e no retorno gradual à presencialidade as condições de trabalho em sala de aula tornaram-se ainda mais complexas.

“Muitos alunos voltaram apáticos, com dificuldades de concentração, resistentes aos conteúdos, mais agressivos com a gente”, queixou-se uma professora da educação básica que resolveu se demitir da escola onde lecionava.

Muitos docentes se dizem assustados com o excesso de medicalização e laudos apresentados pelos pais para justificar faltas ou mau desempenho de alunos.



O abandono do exercício da docência equivale a mais de um terço das rescisões do último trimestre

Para a diretora do Sinpro/RS, Cecília Farias, o aumento dos pedidos de afastamento é significativo do desalento de boa parte dos profissionais em relação ao exercício da docência.

No primeiro semestre do ano passado, de um total de 2.388 demissões homologadas entre 1º de janeiro e 28 de junho, praticamente metade, ou seja, 1.073 professores haviam pedido demissão. Os maiores índices apareceram na

educação básica (61%) e na educação infantil exclusiva (22%).

“Já está insustentável neste início de ano o excesso de demandas das escolas para os professores. Como atender à diversidade dos alunos, não só os com deficiência, se os professores não têm horário para preparar as aulas adequadamente? As escolas precisam entender que desse jeito haverá sérios problemas para encontrar bons professores”, alerta Cecília.

ULBRA

Em plena recuperação judicial, Aelbra ameaça reduzir salários

Depois de iniciar o pagamento de créditos trabalhistas como determina o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) homologado pelo Judiciário no final do ano passado, a Aelbra, mantenedora da Ulbra, voltou a surpreender professores e funcionários com uma inusitada proposta de redução de salários.

A iniciativa da empresa foi recebida com indignação pelos professores em um momento que sinalizava para a estabilização das relações da já extensa crise que marca a história da instituição.

Um dos maiores complexos educacionais privados do país, a Aelbra foi incorporada em março de 2022 pela Rede Evolua de Educação, de São Paulo, que passou

a administrar dez unidades de educação básica, 12 de ensino superior e polos de EaD em 19 estados nas regiões Sul, Norte e Centro-Oeste. No Rio Grande do Sul, a Rede emprega 1.715 técnicos administrativos e professores e tem 20 mil alunos matriculados em mais de cem cursos de graduação presencial, híbrida e EaD.

CRÉDITOS TRABALHISTAS – No final de dezembro, a Aelbra iniciou o pagamento dos créditos trabalhistas dentro de uma programação prevista no Plano de Recuperação Judicial (PRJ) aprovado em novembro pela assembleia de credores.

No caso dos credores trabalhistas, a primeira parcela paga

no final de dezembro contempla professores já desligados da instituição e credores de multas por atrasos de salários até o limite de R\$ 11.877,12.

Os recursos para o cumprimento dessa etapa da RJ foram acessados pela Aelbra por meio de empréstimo junto ao sistema financeiro. Os valores foram repassados aos professores e técnicos administrativos habilitados pelos sindicatos das categorias, dando seguimento à expectativa de alguma normalidade para a continuidade das relações estabelecidas pelo PRJ.

REUNIÃO DE PROFESSORES – No dia 27 de fevereiro, no entanto, durante uma reunião solicitada

pela própria Aelbra, o Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) e demais sindicatos que representam os trabalhadores técnicos e administrativos foram surpreendidos com a pretensão da instituição de uma redução de 30% nos salários dos professores e de 20% na remuneração dos técnicos e administrativos.

“Para o Sinpro/RS foi uma surpresa. Desde que a Evolua assumiu a Aelbra, em nenhum momento houve qualquer cogitação quanto à redução salarial. O Sindicato registrou sua contrariedade, que foi referendada pelos professores em reunião no dia 2 de março e reafirmada em nova reunião com a empresa no dia 8”, ressaltou Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

UERGS

Professores decidem pauta de reivindicações

Os professores da Universidade Estadual do Rio do Grande do Sul (Uergs) iniciaram, em março, as discussões para definição da pauta de reivindicações para a nego-

ciação coletiva 2023 com o governo do Estado. A primeira assembleia, convocada pelo Sinpro/RS, ocorreu no dia 3 de março.

No encontro, os professores

discutiram alguns pontos, como o percentual do reajuste salarial. Assim que aprovada, a pauta será entregue formalmente ao governo. A data-base da catego-

ria é 1º de março. Nas negociações, o governo é representado pelo Grupo de Assessoramento Estadual para Política de Pessoal (GAE).

Tribunal de Justiça nega recuperação judicial à Instituição São Judas

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) negou o pedido de Recuperação Judicial formulado pela Instituição Educacional São Judas Tadeu, mantenedora da escola de educação básica e Faculdades São Judas, em Porto Alegre.

A desembargadora Isabel Dias Almeida, relatora do caso, concluiu que, por ser constituída em forma de associação civil, a São Judas não pode se valer do instituto da recuperação judicial. Cabe recurso da decisão.

Segundo estimativa do Sinpro/RS, o passivo trabalhista da instituição com os professores é de cerca de R\$ 20 milhões. O Sindicato ingressou com ações judiciais para assegurar os direitos dos professores que estão em atividade na instituição e aqueles que foram demitidos sem o devido pagamento das verbas rescisórias.

Em janeiro, uma ação coletiva cobrou a regularização do salário de dezembro, décimo terceiro e férias nos prazos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho.

O Sindicato também solicitou à direção da São Judas que se manifeste sobre denúncias de contratações de professores como



Foto: Reprodução

Passivo trabalhista da instituição somente com os professores é calculado em R\$ 20 milhões

pessoa jurídica.

De acordo com Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS, o salário de fevereiro ainda estava pendente no início de março. A empresa vem descumprindo de forma reiterada os acordos firmados com os professores relativos a irregularidades no depósito do Fundo de

Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) há mais de dez anos, informa o dirigente.

AELBRA E METODISTAS – No Rio Grande do Sul, estão em processo de recuperação judicial a Aelbra, mantenedora da Ulbra, e a Rede Metodista (IPA, Colégio Americano, Colégio e Faculdade

Centenário, Instituto Educacional Metodista e Colégio União). Ambas já pagaram aos credores trabalhistas a primeira parcela prevista nos seus respectivos planos de Recuperação Judicial. Em fevereiro, o IPA publicou edital para leilão de terreno e prédios ociosos.

UNICRUZ

Atrasos salariais ultrapassam R\$ 6 milhões

A Universidade de Cruz Alta (Unicruz) iniciou o ano letivo com mais de seis folhas de pagamento em aberto, alto passivo trabalhista e uma dívida com a União que pode chegar a R\$ 40 milhões. Até dezembro do ano passado, o montante de salários atrasados dos professores já excedia R\$ 6,3 milhões.

A instituição também não depositou o FGTS dos docentes da quase totalidade dos meses de 2019 a 2023. Há, também, competências não pagas nos períodos de 1992 a 1995, 1996 e 1997.

“Existe uma sistematização de atrasos salariais e de pagamentos parciais”, explica Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS. Para o sindicalista, a dívida com a União será “impagável” se não

for via Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e em mais de 200 parcelas. Conforme gestores da Unicruz, a Universidade vem buscando o alongamento da dívida com a União.

“Os passivos trabalhistas estão na ordem de R\$ 15 milhões ou R\$ 16 milhões. Nem mesmo o Plano de Desligamento Incentivado (PDI) está sendo pago”, informa o diretor do Sinpro/RS. “O Sindicato está fazendo o máximo possível para equalizar os interesses dos professores com a manutenção dos postos de trabalho, mas está muito difícil. A instituição alega falta de matrículas, falta de políticas públicas e cursos sem procura. A região está permeada de instituições federais e concorrentes da rede privada”, contex-

tualiza.

AÇÃO FGTS – Em 2019, o Sindicato ingressou com ação para que a Universidade integralizasse os depósitos de FGTS, bem como para assegurar a prescrição trintenária dessas competências. A instituição tem prazo até o dia 16 de março para trazer ao processo toda a documentação que demonstra as competências que ainda não foram pagas, em especial as referentes ao período de 1992 a 1995, 1996 e 1997.

DIFICULDADES – Diante da permanência do quadro de dificuldades financeiras, o Sinpro/RS requereu à Universidade que a carga horária destinada a estudos, pesquisa, extensão, planejamento, avaliação e demais atividades, que não envolvam a docência

propriamente dita, seja realizada de forma remota, a fim de que se evitem mais prejuízos com o deslocamento dos professores ao campus.

“Em reunião ocorrida em fevereiro entre o Sinpro/RS, a Reitoria e a Fundação, ficou acordado que as partes farão um esforço conjunto para que sejam adotadas medidas com vistas a minimizar os prejuízos enfrentados pelos professores, entre as quais a retomada dos procedimentos, junto ao processo coletivo do ano de 2005, para venda do imóvel da Fundação e abatimento do saldo devido”, relata Amarildo.

O Sindicato informa que fará uma nova Assembleia em março para reavaliar o cenário vivenciado pelos docentes.

Campanha tem meta de associar mais 1,2 mil professores ao Sinpro/RS

O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) lançou, em fevereiro, a edição 2023 de sua tradicional campanha de sindicalização, com o slogan *Quanto mais você precisa, mais o Sinpro/RS aparece*. A entidade pretende ampliar em 1,2 mil associados o seu quadro social, que já conta com cerca de 65% da base, um dos mais altos índices de sindicalização da iniciativa privada. São mais de 20,2 mil professores sindicalizados, da educação infantil à educação superior em todo o estado.

“A busca da livre associação dos professores é uma marca registrada do Sinpro/RS”, diz Cecília Farias, diretora do Sindicato. “Anualmente, a direção estabelece metas, distribuídas entre todos os níveis de ensino e todas as regiões do estado. Metas ousadas e desafiadoras e sempre superadas ao longo do ano.”

Com a campanha em andamento, os diretores do Sinpro/RS destacam, em suas visitas aos professores nas instituições de ensino, a relevância dos serviços e das políticas que já fazem a diferença na vida e na atuação profissional dos professores.

“A atuação do Sindicato é imprescindível na defesa dos salários e condições de trabalho dos professores”, observa Cecília. “Realizamos campanhas anuais para sensibilizar os professores em relação aos direitos coletivos, negociados todos os anos pelo Sindicato com as representações patronais. Os direitos não são concessões dos empregadores, mas conquistados com muita luta.”

Durante todo o ano, afirma Cecília, o Sinpro/RS negocia dois acordos coletivos com o governo do estado (Uergs e Fundação Liberato) e sete convenções coletivas de trabalho com os sindicatos patronais (Sinepe/RS, Sindiman/RS, Sindicreches, Sindepars e Sindiomas), além de dezenas de acordos de trabalho por instituição.

A campanha de sindicalização do Sindicato também destaca aos professores todos os serviços disponibilizados aos associados, como a assessoria jurídica nas áreas trabalhista, cível, criminal e previdenciária; o acompanhamento e acolhimento dos professores nas rescisões contratuais; a oferta de planos de saúde e odontológico mais acessíveis, conveniados com a Unimed, CCG e Uniodonto; o Hotel Casa do Professor, em Porto Alegre; o Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP); a plataforma Somos, com orientações e práticas de qualidade de vida; o jornal *Extra Classe*; o site do Sinpro/RS; entre outros.

SINDICALIZAÇÃO ON-LINE – Para facilitar o processo, o Sinpro/RS disponibiliza a ficha de sindicalização no site (www.sinprors.org.br). Com a ficha virtual, os professores conseguem concluir o processo totalmente virtual, usando o próprio celular, tablet ou computador. Em 2022, mais de 300 professores se associaram via site.



Ser mulher

É estar em constante evolução, sendo colocadas à prova sistematicamente quanto à nossa capacidade de ser e fazer, quando e como quisermos. É nos fazer ouvir, mesmo quando querem nos calar, num desafio incessante por nossa liberdade de escolha, usando o coração e a razão para jamais desistir de nosso direito à igualdade.

Ser mulher é ser resistência, determinação e coragem.

Neste mês de março, o Dia Internacional da Mulher exalta nosso compromisso com a preservação das nossas conquistas e a necessidade de estarmos atentas às questões de gênero que, infelizmente, persistem, e muito, em nossa sociedade.

Nossos corpos nos pertencem

Somos nas mídias a expressão do corpo-beleza. Não basta o que a fisiologia nos impõe, somos controladas por padrões estéticos, regras de comportamento e moralidade que buscam nos definir e limitar.

Na Grécia Antiga, berço dos Jogos Olímpicos, as mulheres não podiam participar e nem assistir às competições. Havia uma crença de que o corpo feminino, sensível e frágil, sofreria sob esforço.

Hoje, a despeito dos muitos preconceitos machistas, o mundo esportivo está mais aberto às mulheres. Somos forte presença nos esportes competitivos e nos parques e nas academias para nos beneficiarmos da atividade física.

E, segundo a Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte, as respostas do organismo feminino aos estímulos de treinamento são similares às masculinas, variando apenas as diferenças quanto ao desempenho, devido às características fisiológicas morfofuncionais de cada um.

Mexe-se e empodere-se

Durante o exercício físico, o corpo aumenta a produção de endorfina e serotonina. Esses hormônios estão associados à sensação de prazer, bem-estar, vitalidade e satisfação, que contribuem para elevar nossa autoestima e autoconfiança.

Venha com a gente!

O Sinpro/RS disponibiliza uma plataforma digital com videoaulas de Pilates, Treinamento Funcional, receitas e muito mais. Tudo isso no seu smartphone ou desktop! Acesse a Plataforma Somos Move e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes. www.somos.pacevida.com.br/sinprors/

E para quem reside em Porto Alegre: MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada. Inscreva-se: www.sinprors.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrida/





Precisamos falar sobre radicalização nas escolas

A radicalização se dá por esquemas sofisticados de recrutamento on-line, que desligam as fontes de informação que contradigam a realidade paralela promovida nas interações virtuais

Foto: Tânia Régio/ ABr



A realidade política do Brasil, especialmente naquilo que diz respeito ao fenômeno da radicalização, coloca complexos desafios para a democracia, o que também se desdobra em sala de aula, como muitos professores devem estar percebendo.

Para situar precisamente o meu tema, falo de radicalização a partir do conceito apresentado pelo professor John Horgan, em 2009, como “um processo social e psicológico de experimentar um crescente compromisso com uma ideologia política ou religiosa extremista que pode conduzir, ou não, à violência, mas que é um dos fatores de risco para tanto”.

Processos de radicalização podem ocorrer a partir de plataformas ideológicas variadas. Dois desses processos, entretanto, destacam-se atualmente: o terrorismo *jihadista* e o de grupos de extrema-direita.

Nos estudos internacionais, se reconhece que os eventos de grande repercussão produzidos por grupos radicais islâmicos, como o atentado às Torres Gêmeas, acabaram contribuindo para que o crescimento da extrema-direita e o fenômeno do terrorismo de grupos radicalizados cristãos se situassem em uma zona de “baixa visibilidade”.

Isso mudou depois de 22 de julho de 2011 em que um “lobo solitário” de perfil neonazista explodiu um prédio do governo em Oslo e, depois, dirigiu-se à ilha de Utøya, onde jovens do Partido Trabalhista faziam um encontro, executando 69 deles. Desde então, episódios de terror protagonizados por grupos de extrema-direita têm se multiplicado em vários países.

A radicalização promovida pela extrema-direita se dá, basicamente, por esquemas sofisticados de recrutamento on-line. O processo demanda o progressivo desligamento das pessoas de todas as fontes de informação que contradigam a realidade paralela, promovida nas interações virtuais (razão pela qual a mídia independente é alvo de constantes ataques), e aposta em uma mobilização crescente contra um inimigo que, alegadamente, estaria prestes a destruir o país, a família, as igrejas, etc.

Nas plataformas on-line, os algoritmos indicam sempre os conteúdos que mais mobilizam a atenção dos usuários, de forma que quem frequenta espaços em que o ódio é estimulado e onde há avassaladora quantidade de notícias falsas terá sempre doses mais fortes de ódio e mentiras.

Os “engenheiros do caos” produzem, também, mensagens customizadas de modo que pessoas até então afastadas de qualquer ativismo podem ser “fisgadas” por um ponto de contato com uma visão extremista, como um ressentimento ou um preconceito.

Bem, a questão é que jovens, adolescentes e crianças também estão expostos aos riscos da radicalização. Muitas vezes, isso ocorre por derivação, porque seus pais se radicalizaram e o ambiente de socialização

primária passa a reproduzir uma ecologia do ódio; mas nem sempre.

No Brasil, temos já muitos casos de adolescentes radicalizados por interação on-line, em fóruns anônimos como os “chans”, que assumiram identidade nazista e que se mobilizaram para a prática de atentados sem que seus pais tivessem percebido o que estava ocorrendo.

É preciso estar atento aos sinais de radicalização dos jovens nas escolas, de forma a evitar eventos como atentados com armas de fogo, por exemplo. Às vezes, alguém ouviu um comentário perturbador a respeito de violência ou percebeu algo ameaçador em uma “story” de um colega no Instagram.

Se houver na escola alguém encarregado de receber esse relato e se todos souberem que há a possibilidade de relato anônimo, isso poderá evitar uma tragédia.

Devemos prevenir a radicalização entre os jovens, entretanto, não apenas por conta dos riscos de atentados, que, afinal, são eventos raros. O desafio é o de evitar a alienação e o sequestro da capacidade crítica dos estudantes, porque a radicalização é um dos caminhos que os conduzirá ao fracasso escolar e à consolidação de personalidades autoritárias.

Um adolescente radicalizado estará disposto a legitimar a violência, ainda que não a pratique; tenderá a reproduzir o negacionismo diante da Ciência, porque sua visão de mundo só se sustenta com base no dogma, não em evidências, e irá sustentar valores e condutas excludentes que, no agregado, reforçarão os privilégios e as características injustas das sociedades contemporâneas.

Não é possível neste espaço detalhar um programa de prevenção à radicalização nas escolas, tema que motiva minha pesquisa, mas assinalo três desafios:

1) Desenvolver a empatia. É preciso estimular a solidariedade e o cuidado desde muito cedo com as crianças e, a depender da abordagem proposta, os jovens tendem a responder muito bem.

2) Assegurar ambientes com diversidade. Adolescentes movimentam-se por lógicas tribais, uma dinâmica importante de definição de identidade, mas que pode e deve ser relativizada por experiências de convívio com “o outro”. A mistura e a dissolução de fronteiras culturais, étnicas e sociais costumam ser decisivas em processos de prevenção à radicalização, porque os radicalizados assumem que o seu grupo é “superior”, ou merece ser mais considerado.

3) Desenvolver a capacidade de escuta. Todos querem sempre se manifestar, todos querem “causar”, mas há raras oportunidades em que os adolescentes podem escutar seus colegas em grupo, com atenção e respeito. Em sua escola, há algum momento para isso? Se não há, precisamos falar a respeito.



Ressurreição, infância e ciclos da vida

da Redação

A exposição *Bloco do Afeto* – de 21 de março a 23 de abril, na Galeria Ecarta (Av. João Pessoa, 943), em Porto Alegre – reúne uma amostra do universo fantástico que caracteriza o trabalho da artista plástica, muralista e ilustradora Carla Barth.

As pinturas em acrílico sobre tela, aquarelas e desenhos de nanquim, entre outras técnicas e materiais, compõem o que a autora destaca como uma celebração à vida. A mostra reúne 25 obras e

um mural pintado pela autora no interior da Fundação Ecarta.

Formada pela Escola de Comunicação, Artes e Design (Famecos/PUCRS), Carla estudou desenho e escultura no *Atelier Livre* de Porto Alegre e fez cursos livres de arte contemporânea com Guilherme Dable, Maria Helena Bernardes, Ana Flávia Baldisserotto, Charles Watson e Jaílton Moreira. Também realizou exposições no Brasil e no exterior.

Suas obras foram divulgadas em revistas de diversos países. Ela

se inspira na natureza e nas diversas influências do folclore, da mitologia, arte *naïf*, clássica e oriental. “Me inspira o universo folclórico e popular, arte *naïf*, mas curto minhas referências eruditas também e gosto de misturar tudo”, esclarece.

O título da exposição, *Bloco do Afeto*, foi escolhido a partir de uma pintura de 2022, que estará na mostra e que remete aos murais que a artista pintou na Cidade Baixa, bairro de Porto Alegre. Entre as referências, ela cita a participação

no coletivo *Upgrade do macaco*, que, no início dos anos 2000, agitou a cena artística na capital gaúcha com murais, revista, exposições, ações de arte urbana e manifestos.

Em 2019, com a exposição *De onde vim*, na Casa Musgo, Carla se inspirou em cosmovisões pagãs, tradições ligadas à terra, cultos à fertilidade, festas e rituais pré-cristãos. “Porém, os trabalhos são compostos muito mais pelo meu imaginário acerca dessas referências”, situa.

O ponto forte eram as celebra-

ções que estão presentes em todas as culturas. "Percebi que no mundo inteiro a maior parte des-

sas festas e rituais foram cristianizadas, mas seguem vivas até hoje numa espécie de sincretismo."

Ela explica que a exposição da Ecarta dá sequência a essa temática, com trabalhos que celebram

a vida e apresentam simbologias ligadas à ressurreição, infância e ciclos.

Mitologia própria

Para André Venzon, coordenador da Galeria Ecarta e curador da exposição, trata-se de uma visão de mundo muito particular, que apresenta uma mitologia própria da autora. "São figuras antropomórficas que se relacionam em um jogo lúdico, misturando-se com as múltiplas cores e grafismos por todos os espaços de paisagens fantásticas", define.

Influenciada pela arte *naïf* ou primitiva, tendência artística que se caracteriza pelo rompimento com os cânones acadêmicos, "Carla é consciente da singeleza e ingenuidade dos seus trabalhos", analisa Venzon.

Essa potência criativa poderia ser justificada pelo ambiente em que ela cresceu, provoca o curador, lembrando que Carla viveu dos 5 aos 14 anos no ateliê de arte do pai, o gravador, desenhista e professor de Arte da Ufrgs, Luiz Barth, que foi aluno de Iberê Camargo.

"Porém, os códigos visuais da artista, bem como suas ações no campo da arte contemporânea a situam no lugar daqueles que não abdicam do sonho, da ilusão, da diversão e do imaginário e, portanto, sua estética encontra tantos apreciadores. Ela nos devolve, com seu universo onírico e multicolorido, um prazer tão raro quanto distante, tal-

vez aquele só experimentado nos sonhos da infância", ressalva.

Para o jornalista Oscar D'Ambrosio, da Associação Internacional de Críticos de Arte (Aica-Seção Brasil), a criação visual de Carla Barth é regida pela fantasia. "Sua poesia provém de um entendimento do mundo marcado pela predominância do fantástico. É instaurado assim um universo todo peculiar, regido pela capacidade de imaginar personagens e situações. Trata-se de um amplo visualizar de cores e circunstâncias em que os sonhos e os contos de fada se cristalizam", conceitua D'Ambrosio.

Pós-doutor em Educação, Arte e

História da Cultura na Universidade Mackenzie e mestre em Artes Visuais pelo Instituto de Artes da Unesp, o crítico explica que catalogar as imagens produzidas por ela como surrealismo ou arte *naïf* é bastante limitador.

"Muito mais que um conjunto onírico ou ingênuo, o que a artista oferece ao observador é uma verdadeira repleta de pinturas, desenhos e esculturas unificadas talvez por um elemento primordial: a natureza. Ela surge de maneira muito expressiva, frondosa, com uma força visceral amazônica, embora não se proponha a se sobrepor aos personagens."



Carla Barth: exposição e mural na Ecarta



Integram a exposição obras como "Fábula", de 2022 (alto da página anterior) e "Oferenda", de 2019 (acima)

EXTRA CLASSE 24

Política | Educação | Economia | Momento | Cultura | Opinião | Saúde | Humor | Ambiente | Justiça

Educação

Programa contra assédio sexual nas escolas em votação na Câmara

Carreiros do SUS lutam por melhores condições de trabalho

Alunos de ensino superior e formação de professores serão reajustados de 7,5% a 200%

Área do IPVA vai a júri, mas fazenda segura

Censo Escolar revela crescimento de matrículas na educação básica

extraclasses.org.br

Notícia e informação têm bastante, mas pensada para você, só tem aqui.

Educação | Economia | Política | Saúde | Justiça | Opinião... Acesse e saiba sempre muito mais!

SINPRO/RS

Sindicato Estadual



FRAGA

Analogias

São reduções da linguagem que acabam por normalizar algo anormal, que deveria berrar aos nossos ouvidos e não sussurrar

Quando leio ou ouço a expressão “análogo ao trabalho escravo”, sinto algo análogo à impaciência, para não dizer irritação.

Como que os veículos de comunicação (análogos a jornais, rádios e tevês) têm o desplante de não falar aberta e claramente em trabalho escravo? Não existe trabalho análogo à escravidão: o que existe é tão somente escravidão.

Sempre que alguém se vale da expressão “análogo ao trabalho escravo” para denunciar ou reportar casos evidentemente escravagistas (sem os mínimos direitos trabalhistas e com os agravantes dos maus-tratos e até da tortura), esse alguém está amaciando, amenizando e amortecendo a percepção desses casos.

Porque análogo não quer dizer igual: significa, no máximo, parecido. E essa parença subverte o entendimento, pois retira o rigor da avaliação, diminui o impacto da natureza real. E a opinião pública passa a aceitar o análogo como algo menos duro, menos cruel, que machuca menos o ser humano, logo, soa menos desumano. Que é quase o mesmo que humanizar um pouco o que é doloroso. Como, por exemplo, a escravidão.

Assim, análogo a trabalho braçal parece que nem prejudica os braços; análogo ao suor meio que refresca a pele, né? E assim por diante: análogo ao cansaço jamais deixará antever a exaustão física, como análogo ao sofrimento também pode sugerir apenas um incômodo ou certo desconforto.

E quanto mais casos de trabalho escravo aparecem no Brasil, mais vezes a expressão “análogo ao trabalho escravo” toma conta do noticiário. Sobretudo nas matérias análogas ao jornalismo. E as pessoas análogas a leitores nem notam a diferença entre os análogos a gatos e os análogos a lebres. E daí seguimos todos analogando.

São reduções da linguagem que acabam por normalizar algo anormal, que deveria berrar aos nossos ouvidos e não sussurrar. Porque nesse passo, de analogia em analogia, se chega facilmente ao análogo à fome e à miséria, que então já ecoam mais suportáveis que a própria fome e a própria miséria.

Do mesmo jeito, análogo à democracia não é equiparável à democracia, tal como análogo à ditadura não corresponde exatamente à ditadura. Uma analogia que funcionaria como um creminho para o bolsonarismo. Idem análogo à Justiça, o que é injusto com a instituição e principalmente com os injustiçados deste país.

Como dá pra perceber pela argumentação inconsistente e não fundamentada, este texto ficou análogo a uma crônica.

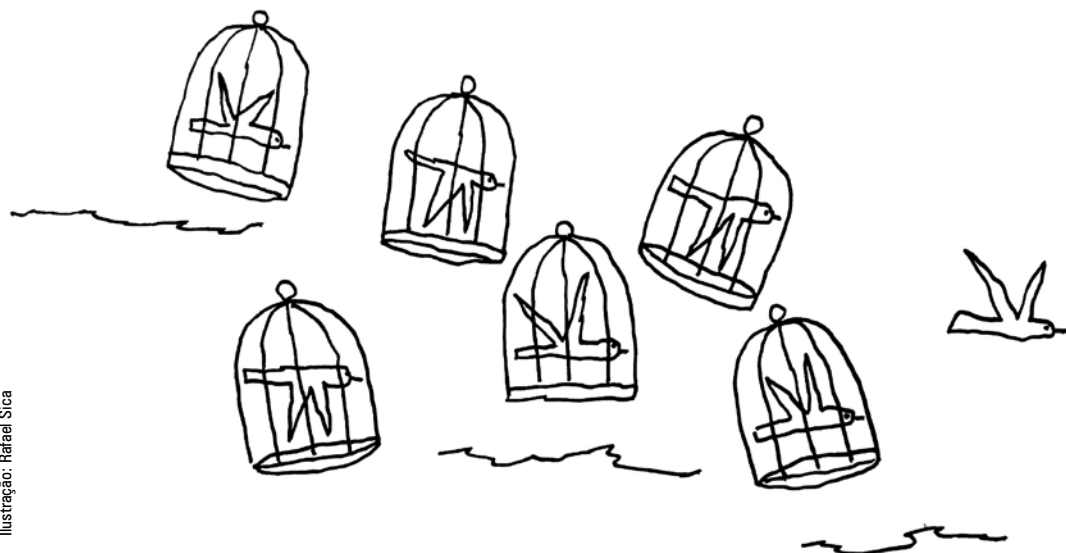


Ilustração: Rafael Sica

PROGRAMAÇÃO
ECARTAA agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

SHOWS híbridos

Porto Alegre | 18h | Entrada franca

Local: presencial – sede da Fundação Ecarta (Avenida João Pessoa, 943, Porto Alegre). **Virtual** – transmissão ao vivo pelo canal da Fundação Ecarta no YouTube.

11/3 – *Meu black é assim*. Dana Farias levanta a sua voz feminina, negra e periférica, trazendo um som afro-urbano e contemporâneo.



Foto: Denis Afonso de Barros/Divulgação

25/3 – Paulo Romeu apresenta *Okuta*.

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca | De terças a domingos, das 10h às 18h, inclusive feriados.

21/3, 19h – Inauguração da mostra *Bloco do Afeto*, de Carla Barth, com curadoria de André Venzon. Visitação até 23 de abril.

23/3, 19h – Inauguração da mostra *O Olhar de Xunú*, na Sala Projeto Potência, com curadoria de Stela Pastore. Visitação até 23 de abril.



Foto: Carla Barth

Até 17/3 – Prazo de inscrição no Edital para exposições temporárias.

ECARTA ANFITRIÃ

11/3 – Oficina Feminino e o Tambor, realizada por Cândido Castro. Inscrição: R\$ 50,00.

SOLIDARIEDADE

Quinzenal – Cozinha Solidária – Preparação e distribuição de refeições para as pessoas em situação de rua de Porto Alegre. Para isso, a Ecarta está recolhendo doações como molho, salsicha, linguiça, massa de tomate, milho, ervilha, entre outros. Doações podem ser entregues na sede da Ecarta, em Porto Alegre (Av. João Pessoa, 943).



VERISSIMO

*Replicação.

Esportes

Quase todos os esportes tiveram sua origem em algum tipo de brincadeira de infância, mesmo que a "infância", no caso, fosse da Humanidade. O futebol começou na pré-história, na primeira vez que um pré-brasileiro fez embaixada com o crânio de um inimigo.

Você pode identificar o provável começo de todas as modalidades olímpicas nas coisas que gosta de fazer quando garoto – como arremesso de pedras contra vidraça de vizinho e corrida de fundo para fugir do vizinho – ou então na História: o salto com vara, por exemplo, certamente começou no sítio a cidades fortificadas, depois de decidirem que atirar javalis, martelos e discos por cima do muro não estava dando resultado.

Os homens das cavernas praticavam uma forma primitiva de "rúgbi" – igual ao que é hoje, mas sem sunga – e nos tempos bíblicos, já existiam raquetes de tênis com as quais as pessoas se golpeavam alternadamente, até alguém ter a ideia da bola e da rede.

Num pátio de escola do Oriente, há milhares de anos, um aluno desarrumou o quimono de outro, o outro, em retaliação, desarrumou o quimono do primeiro e, quando viram, estavam os dois rolando pelo chão, sem largar os



Ilustração: Edgar Vasques

quimonos. Depois, acrescentaram a filosofia e chamaram de "jiu-jitsu".

O polo a cavalo foi uma invenção dos mongóis, mas na época não usavam bola e era chamado "invadir o Ocidente". O polo aquático começou em Portugal há muitos anos, mas só recentemente decidiram eliminar os cavalos, que sujavam muito as piscinas. O "críquete", na sua origem, era um substituto para a sesta entre jovens aristocratas ingleses, uma forma de dormirem e se exercitarem ao mesmo tempo.

Se muitos esportes começaram como divertimentos infantis, é surpreendente que outros esportes não tenham se desenvolvido a partir de jogos de criança. Poderiam existir campeonatos internacionais de bola de gude, por exemplo, de cuspe a distância, entre adultos.

Por que não equipes de cuspe a distância desfilando orgulhosamente nas delegações olímpicas? É uma forma de competição que exige habilidade incomum e noções de física e balística, além de facilitar o exame antidoping imediato.

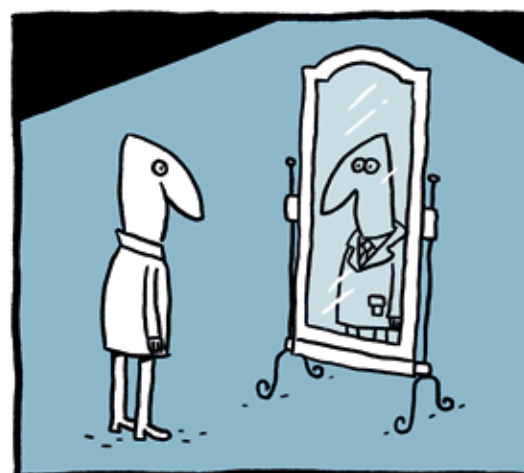
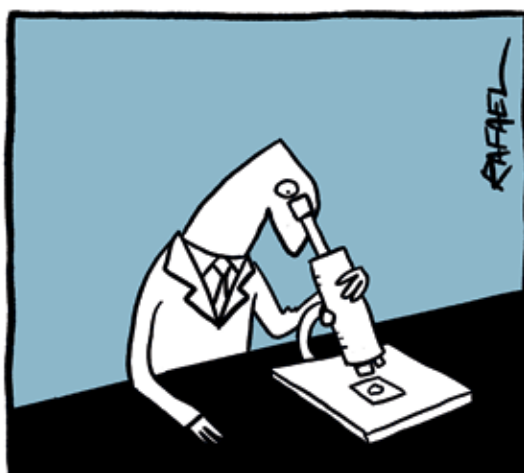
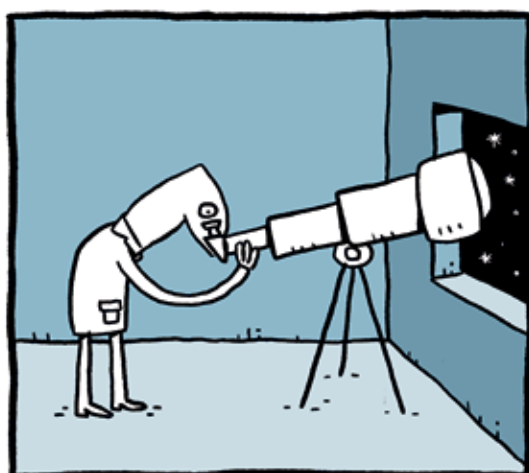
Se o ciclismo hoje movimenta multidões e fortunas e cria celebridades na Europa, por que não poderia acontecer o mesmo com bater figurinha?

E sempre achei que o mundo seria outro se a briga de travesseiro tivesse sido regulamentada e hoje fosse um esporte como o boxe, disputado por atletas em diversas categorias – almofadas, almofadões, travesseiros de penas ou de espuma, etc.

As brigas poderiam ser simples, de duplas ou entre equipes masculinas e/ou femininas e realizadas dentro de convenções internacionais, com regras padronizadas para evitar o sufocamento, ou travesseiros com peso escondido, ou fronhas fora das especificações oficiais. As multinacionais competiriam na fabricação de pijamas para competição e, claro, travesseiros profissionais.

E nunca entendi por que razão "Mamãe, posso ir?" não se transformou num esporte popular, já que é muito mais empolgante do que o beisebol.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Sua participação não termina na assembleia

Agora é o momento para defendermos as nossas pautas nas mesas de negociação.

Acompanhe o andamento das reuniões com os sindicatos patronais pelos canais de comunicação do Sinpro/RS, debata com os colegas nos locais de trabalho e vamos pressionar as instituições de ensino.

Está na hora das escolas, faculdades e universidades ouvirem mais os professores e as professoras. Os diferenciais de qualidade no ensino privado dependem também de melhores condições de trabalho e salário para quem ensina.

